

Poder local, redes e tramas

Amílcar Brunazo Filho

Ana Clara Torres Ribeiro

Beatriz Bissio

Cláudio Pereira de Souza Neto

Dom Mauro Morelli

Moacir Palmeira

Vitória Peres

CAMPANHA JUBILEU 2000 POR UM MILÊNIO SEM DÍVIDAS!

PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA

De 2 a 7 de setembro de 2000



OBJETIVOS

O Plebiscito Nacional tem como objetivo geral consultar todos os cidadãos brasileiros adultos para que votem e manifestem sua opinião em relação à situação da dívida externa e interna do Brasil.

Para isso, propõe-se:

- levar o debate à opinião pública e às bases, possibilitando informações e esclarecimentos para que a população tome consciência de que a dívida externa e interna é uma das principais causas do aprofundamento das dívidas sociais e ecológicas;
- colocar este tema na pauta das mobilizações populares e questionar, a partir da prática, o modelo econômico neoliberal adotado no Brasil, lutando pela recuperação da soberania nacional;
- somar forças para exigir uma Auditoria Pública da dívida externa e interna, a suspensão do pagamento da dívida externa e a adoção de controles sobre a política de endividamento.

POR QUE UM PLEBISCITO NACIONAL?

Vamos propor ao Congresso Nacional que convoque um Plebiscito sobre a questão da dívida externa e interna. Mas, como normalmente nossos governantes não costumam nem gostam de consultar o povo, o Plebiscito Nacional de setembro será uma consulta aos cidadãos organizada por pessoas e entidades da sociedade civil. Este Plebiscito

- é legal, pois os cidadãos são livres para organizar este tipo de consulta;
- é legítimo, pois a questão da dívida externa está carregada de ilegalidades e injustiças, e pesa demais na vida do povo;
- seu poder é moral. Não obriga o Estado e o governo a seguirem as decisões votadas, mas põe em julgamento ético e político o Estado e o governo.

■ tem grande poder de pressão e democratiza o nosso país.

Todos estão convocados a ajudar na organização do Plebiscito Nacional da Dívida. Ele sómente será um sucesso se todos contribuírem.

A coordenação nacional das entidades será responsável pela preparação de material didático, das normas, das urnas etc. Mas caberá a você, às entidades, igrejas, movimentos populares, universidades e a outros grupos organizados criar Comissões Estaduais e Comitês Locais promotores do Plebiscito. Não esperem por Brasília, onde estão a Secretaria Executiva e a Coordenação Nacional. Tomem iniciativas e articulem-se com a Coordenação.

VOCÊ VAI RESPONDER

- O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional?
- O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?
- Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

CONTATOS COM AS SECRETARIAS OPERATIVAS DO PLEBISCITO

ELETRÔNICOS

<http://www.jubileu2000.org.br>
<http://www.jubileu2000rj.hpg.com.br>
jubileu2000@jubileu2000.org.br

BRASÍLIA

Secretaria Executiva
Setor Pastoral Social da CNBB
SE/Sul Qd. 801 Conj. B 70401-900 Brasília DF
Tel: (61) 313-8300 ou 313-8323
Fax: (61) 313-8303
E-mail: psocial@cnbb.org.br

Revista bimestral de KOINONIA
Maio/Junho de 2000
Ano 22 – nº 311

**KOINONIA Presença Ecumênica
e Serviço**

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (0**21) 224-6713
Fax (0**21) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org
www.koinonia.org.br

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Alberto Messeder Pereira

Emir Sader
Ivoni Reimer
José Oscar Beozzo
Francisco Catão
Jether Pereira Ramalho
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Tânia Mara Sampaio Vieira

CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

EDITOR
José Bittencourt Filho

**EDITORA ASSISTENTE E
JORNALISTA RESPONSÁVEL**
Helena Costa
Mtb 18619

**EDITORA DE ARTE
E DIAGRAMADORA**
Anita Slade

**COPIDESQUE
E REVISOR**
Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Mara Lúcia Martins

CAPA
Anita Slade

PRODUÇÃO GRÁFICA
Roberto Dalmaso

FOTOLITOS
GR3

IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 18,00

Assinatura de apoio
R\$ 25,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

PODER LOCAL, REDES E TRAMAS

DESAFIO

- Eleição municipal, política e cidadania** 7
Moacir Palmeira

TRANSPARÊNCIA

- Poder local: riscos de simplificação** 16
Ana Clara Torres Ribeiro

MUTIRÃO

- Municipalismo parlamentarista** 19
Dom Mauro Morelli

PARTICIPAÇÃO

- Constituição e poder municipal** 22
Cláudio Pereira de Souza Neto

ÍNDICE DE TEMPO E PRESENÇA 1999

25

IMPACTO

- A segurança do voto na urna
eletrônica brasileira** 28
Amílcar Brunazo Filho

TEOPOLÍTICA

- Irã e a necessidade de ganhar tempo** 37
Vitória Peres

INTERNACIONAL

- Lições do Chile** 42
Beatriz Bissio

RUBEM ALVES

- O que é científico?** 45

A proximidade das eleições municipais traz

de volta a indagação recorrente: vale a pena lutar pelo poder local? É suficiente a constatação de que a maior parte da existência das pessoas é passada nos municípios e que, em tempos de globalização, é preciso "pensar globalmente e agir localmente"?

Nos últimos anos o número de municípios tem aumentado e no Brasil atingem a casa dos milhares, embora se saiba que muitos deles não são capazes de prover o próprio sustento, nem garantir oportunidades econômicas para que seus moradores neles se fixem. Ademais, existem aquelas localidades remotas às quais o braço do Estado não chega, e por isso tornam-se núcleos de contravenção e desrespeito à lei. A par disso, temos assistido a graves denúncias de corrupção na administração de pequenos e grandes municípios. Por sinal, em muitos deles ainda persistem o clientelismo desbragado, os 'currais eleitorais' e as conhecidas 'dinastias' no comando da política.

No entanto, formas de democratização da gestão pública, movimentos sociais, mobilizações em defesa do meio ambiente, propostas alternativas de produção e consumo, gestões em favor dos direitos humanos, assim como expressões coletivas de solidariedade e cidadania, podem ser verificadas em diversos municípios de todo o País.

No plano macro, permanece a indefinição quanto às relações entre municípios, estados e União, muito embora estejam legalmente definidas. Na prática a União está acumulando cada vez maiores prerrogativas e vantagens. Nesse quadro, resta saber como a população avalia o poder local em termos políticos, econômicos e culturais.

A tortuosidade das redes e tramas do poder local é tamanha que, entre outros desdobramentos, para as próximas eleições municipais as esquerdas e setores progressistas estão sendo conduzidas a um incômodo fraccionamento no que tange às candidaturas e alianças, num suspeitíssimo empenho de conciliar interesses locais e bandeiras políticas programáticas de cunho nacional.

Quando estamos próximos de um novo pleito municipal — que inclui a novidade da reeleição dos prefeitos — desejamos fomentar uma reflexão qualificada dessa temática tão complexa e tão decisiva para o presente e o futuro de todos os cidadãos e cidadãs desta grande nação. Para tanto, nossos articulistas nos brindaram com análises profundas sobre a natureza e o exercício do poder local, bem como discutem a possibilidade de alternativas de mudança global, ou não, a partir das bases regionais, municipais e locais.

Faça bom proveito!

... "Perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores"...

PELO CANCELAMENTO DA DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO

CARTAS

Saudações amigos de KOINONIA,

Gostaria de comunicar a esta respeitada revista que a não renovação de minha assinatura foi por motivos financeiros, pois infelizmente entrei na alarmando lista dos desempregados.

Como agente de pastoral e estudante de economia, a revista TEMPO E PRESENÇA sempre me ajudou e muito nos trabalhos de comunidade e da faculdade; os artigos e matérias são sempre bem selecionados e bem elaborados. Realmente é uma revista muito rica e de uma essência inesgotável de sabedoria.

Infelizmente este sistema neoliberal deixa-nos, da classe trabalhadora, reféns de um modelo econômico excludente e que sobrevive das almas dos seres humanos.

Tão logo puder, e espero que o mais breve possível, estarei assinando novamente e voltando a ser um colaborador desta grande revista.

Ercindo Mariano Junior
Campinas /SP

Gente querida, estou enviando cheque nominal para renovação da assinatura da revista para o ano 2000. Estava recebendo-a no endereço de Belo Horizonte, peço que atualizem o endereço e me enviem para Anchieta, onde atualmente estou trabalhando.

TEMPO E PRESENÇA tem sido um grande subsídio de formação tanto pessoal quanto para o meu trabalho como padre junto às comunidades. Neste ano em que celebremos como Igrejas Cris-tãs a Campanha da Fraternidade, mais do que nunca somos chamados a cuidarmos da vida e da esperança de nosso povo de forma ecumênica em busca da unidade.

Pe. Eliomar Ribeiro, SJ
Anchieta/ES

Acabei de enviar (17/4/2000) uma carta correspondência com o recibo de depó-

sito bancário renovando mais uma vez a assinatura anual da Revista TEMPO E PRESENÇA. Por favor, apesar do atraso, gostaria, se possível for, de receber a primeira revista editada deste ano (Jan/Fev).

Por ser leitor assíduo da revista, gosto de me manter informado dos assuntos abordados, e não perder as notícias pois as mantendo e coleciono. Aliás, faz quase 12 anos que mantenho esta assinatura que muito nos acompanha e orienta nossas reflexões do grupo de pastoral de juventude que participo. Grato pela atenção, deixo um abraço para todos que constroem este importante veículo de comunicação, em prol do Ecumenismo, da Solidariedade e da luta pela libertação do ser humano. Deus vos abençoe.

André Luiz Bastos de Freitas
Feira de Santana/BA

É lamentável vermos de forma clara que a sociedade e as autoridades brasileiras não querem resolver os problemas levantados pela CPI do Narcotráfico. Perguntamos: qual a diferença da "baderna" que o MST faz da "baderna" que o narcotráfico, a indústria da lavagem de dinheiro, e muitos que estão comprometidos com esta forma de ganhar dinheiro e com a criminalidade fazem em nosso país? Será que teremos movimentos reivindicando reformas sociais onde eles possam também desfrutar dos ganhos da lavagem do dinheiro e da criminalidade? Ou já temos este movimento bem vivo e atuante e não sabemos? Infelizmente vejo que estão sendo mais fortes do que a CPI de uma instituição democrática como a Câmara dos Deputados. Estou vendo que dominam a sociedade ao ponto de não vermos nenhum esboço de reação ao que foi estampado para o Brasil. Por que eu não vejo o presidente da República e demais autoridades falar de desta "baderna" que esta indústria da criminalidade está fazendo com a

mesma ênfase que fala dos movimentos sociais no país? Será que esta indústria de criminalidade não atrapalha em nada o Brasil? O governo brasileiro vai permitir a continuidade desta "baderna" feita pela criminalidade de gente privilegiada?

Vejo que políticos alcançaram crescimento em suas vidas com apoio de gente errada. Hoje estão comprometidos. Suas consciências não são livres nem independentes como pensavam. São obrigados a declarar que não podem fazer mais nada porque o compromisso com quem não devia é maior do que imaginavam. São sinais claros de decadência. Com este recuo estamos dando um aval muito grande a criminalidade. Ela vai aumentar em consequência deste recuo. As leis morais e espirituais não são quebradas impunemente. O Brasil vai sofrer porque o problema ficou claro para todos: há uma generalizada corrupção nas estruturas sociais, vivenciadas por nossas autoridades e por gente privilegiada e que continuará impune. O que era uma afirmação do sentimento popular ganhou comprovação sistemática por um instrumento democrático que é uma CPI. O povo afirmará com base num trabalho organizado e sistemático, não mais no senso comum. Demos aos que apostam no erro dois "documentos" importantes: o "nada acontece" e o "nada acontece mesmo". É o aval para a baderna dos privilegiados. Que vergonha. A que ponto chegamos. O Estado perde autoridade. Só punem ladrões de galinhas. O vaticínio já está dado: é o caminho para a destruição. Não há como sairmos impunes quando desobedecemos as leis escritas, a Constituição e códigos de leis; e as leis morais e espirituais que são tão caras ao homem e que nos levam a uma vida mais fraterna e justa.

Edson Maciel Junior
Por e-mail

Teologia e Ministérios: um balanço



O curso de pós-graduação *lato sensu* "Teologia e Ministérios", uma iniciativa do projeto Educação para a Solidariedade, está completando quatro anos de atividades. Contando com duas turmas no estágio de preparação de suas monografias de final de curso e uma terceira em desenvolvimento, é possível constatar que os objetivos iniciais foram, em sua maior parte, alcançados.

Este curso oferecido por KOINONIA contém uma proposta inovadora, pois pretendeu não apenas suprir as carências da formação teológica básica, comum à grande maioria dos seminários brasileiros — tanto protestantes como católico-romanos — como oferecer uma metodologia de estudo que propiciasse aos estudantes um modelo de reflexão teológica a partir de sua inserção na realidade sociocultural e religiosa do país. Ao mesmo tempo, o Curso procurou resgatar as melhores contribuições da Teologia Protestante contemporânea, pouco conhecidas em nosso meio. Neste particular a colaboração dos professores do McCormick Theological Seminary abriu perspectivas mais amplas para os estudantes ao oferecer enfoques próprios de seu contexto.

Tanto da parte dos professores convidados, que nestes quatro anos constituíram o corpo docente do programa,

quanto das avaliações anuais feitas pelos próprios estudantes, fica evidente o valor atribuído a essa nova experiência de educação teológica no cenário eclesiástico brasileiro. A contribuição de três professores do McCormick Theological Seminary no segundo ano e de uma professora durante os três primeiros anos da experiência mostrou a importância e o sentido da parceria ecumênica e internacional nesse tipo de atividade.

Assim esta proposta de educação teológica, cooperativa e ecumônica, vem rompendo barreiras denominacionais/confessionais na medida em que procura resgatar as contribuições características das diferentes tradições eclesiásticas para a construção de uma visão e de uma prática eclesial centrada na busca da Unidade da Igreja de Cristo a partir das condições socio-históricas que presentemente desafiam todas as Igrejas. Este exercício concreto de solidariedade ecumônica e internacional que KOINONIA e McCormick Theological Seminary até aqui tem proporcionado aos estudantes e, também, a muitos professores, se constitui numa experiência única de cooperação e partilha entre diferentes que se respeitam e que querem dar um testemunho de serviço mútuo.

Lamentavelmente, no entanto, esta experiência, na forma em que se de-

senvolveu até aqui, está prestes a se encerrar. Isto porque o McCormick Theological Seminary entende que já cumpriu a sua parte e tem outras prioridades que não lhe permitem dar continuidade a este tipo de cooperação. Por outro lado as novas condições do campo educacional brasileiro impõem novos balizamentos legais que não mais tornam atraentes propostas de formação que não ofereçam condições de reconhecimento legal. Por esta razão KOINONIA não abriu inscrições para a constituição de uma nova turma este ano e está em busca de uma parceria acadêmica nacional idônea capaz de oferecer a infra-estrutura legal para o reconhecimento oficial do Curso.

Esta situação implica também em questões econômicas. Até aqui o Curso foi parcialmente financiado com recursos provenientes do parceiro norte-americano que, ao retirar-se, torna impossível a manutenção desta proposta nas atuais bases. Perguntamo-nos se os potenciais interessados neste tipo de formação teológica estariam dispostos a arcar com a totalidade dos custos. De qualquer maneira, KOINONIA continua na busca de alternativas pois está convencida da importância e da necessidade da manutenção deste tipo de formação teológica.

Eleição municipal, política e cidadania

Moacir Palmeira

As diversas concepções de eleição que habitam cabeças de eleitores e políticos vão desde 'festa' até cidadania; misturam-se e se confundem. Perceber essas multiformes expressões e discernir entre 'implementar política' e 'fazer política' tendo como alvo a cidadania é o grande desafio. No fundo há que assimilar o universo que separa aldeia/nação muito maior do que local/nacional. Leia: um senhor desafio

Quando nos perguntamos sobre o que está em jogo numa eleição municipal, deparamo-nos com várias respostas possíveis, das mais estritamente formais (o cumprimento de uma determinação constitucional) até às considerações de ordem mais estratégica, quanto a possíveis consequências dos resultados sobre futuras eleições estaduais ou federais. Outro caminho que pode ser buscado na resposta a essa questão — até agora pouco explorado — passa pela consideração do modo como a população envolvida concebe e vive essa eleição.

POLÍTICA LOCAL/NACIONAL; RELAÇÕES PESSOAIS/ INSTITUCIONAIS

Longe da falta de importância que lhe é atribuída por um certo senso comum intelectual, as eleições municipais sempre tiveram grande importância na história no Brasil. Maria Isaura Pereira de Queiroz lembra que a escolha dos vereadores era um momento privilegiado na sociabilidade colonial. Estudos mais recentes (Palmeira; Heredia, 1995) mostraram a identificação que é feita em municípios do interior brasileiro (e desconfio que não apenas neles), nos dias atuais, entre eleições e política, o período eleitoral sendo concebido como o tempo da política. Trata-se de período que, para além dos resultados eleitorais, é decisivo no realinhamento social dessas populações. Numa situação em que, mais do que os partidos, pesam as facções, em que o voto não é, comumente, uma escolha individual mas um empreendimento familiar de 'localização social', as eleições são o pretexto para a redefinição de pertencimentos e a definição de fidelidades.

Se isso é verdadeiro para toda e qualquer eleição — toda e qualquer eleição, ao mesmo tempo que envolve disputa é concebida como festa — vale especialmente para as eleições municipais, que representam uma espécie de matriz para as demais. As eleições para cargos estaduais e federais tendem a funcionar nos municípios pequenos e médios (e aqui me parece que

funciona mais o tamanho do que o ser rural ou urbano) como uma forma de referendo das divisões sociais e da distribuição de poder operada pelas eleições municipais.

[Para podermos entender essa distância entre a realidade das representações e das práticas que fazem a política municipal e não somente as prescrições legais nacionais mas sobretudo o nosso senso comum intelectual — o nosso senso de realidade — sem cairmos na atribuição de exotismos à política paroquial ou na negação de qualquer especificidade à política local, é necessário fazer a crítica de alguns dos pressupostos que têm presidido às análises da "política local" e do "poder local".]

Penso na própria contraposição, geograficamente reificada, entre o que é e o que não é local. Creio que há mais na contraposição entre "política local" e "política nacional" do que as fronteiras entre a aldeia e a nação. Pesquisas empíricas feitas no Brasil sugerem a pertinência para boa parte da atividade política em nosso país — não apenas para a política que se faz nos municípios — da afirmação de um grupo de antropólogos e cientistas políticos que estudaram o Sudeste Asiático de que é a própria associação entre política e grupo (qualquer que seja a sua extensão) que precisa ser questionada no caso dos "países em desenvolvimento". Segundo eles "as relações pessoais desempenham uma parte mais importante na organização da



atividade política do que os grupos organizados com base em afinidades de classe, profissão ou ideologia", (Landé, 1977, p. XIII).

Não se trata simplesmente de contrapor relações informais a relações formais, as primeiras ocupando uma posição intersticial ou suplementar ante as relações 'corporadas', mas de ver como certas relações fundadas na reciprocidade, geradoras de obrigações entre pessoas, se articulam com as relações institucionais, vinculadas ao exercício de papéis sociais preexistentes, e como ambas se influenciam mutuamente, sem perder de vista, para efeitos de análise, a linha divisória que as separa.

Essas relações pessoais podem dispor-se simplesmente em redes sociais, mas podem dar lugar a comunidades, onde o forte sentimento de pertencer está associado à luta por ser igual, ou, nos termos de um autor que estudou aldeias europeias onde a pequena po-

lítica da vida cotidiana de cada um está referida a reputações, a ter um 'bom nome', a evitar a desqualificação social. Essas comunidades não se confundem com a aldeia, existem também nas fábricas ou nos bairros das grandes metrópoles e mesmo nos parlamentos. Assim, tanto quanto a 'grande política' (a política definida oficialmente como tal) está presente na última das aldeias, pela imposição legal do voto para a eleição dos dirigentes locais, na exigência do cumprimento de certos procedimentos legais para a efetivação dessa escolha; assim a "política da reputação" não se circunscreve às pequenas localidades, mas atravessa toda a sociedade. Se ela é particularmente intensa naquelas localidades é porque, como lembra Bailey, a importância da reputação de alguém diminui quando a intensidade da interação também diminui.

A consideração dessa espécie de dualidade da política, feita de relações

institucionais e de relações pessoais em todos os seus níveis, do local ao nacional, fornece-nos uma chave para o entendimento da percepção que têm populações do interior do Brasil do que seja a política. Sem fazer qualquer corte entre modalidades de política, elas pensam a política de modo aparentemente, mas só aparentemente, incoerente, como algo externo e temporário mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é, de trocas pessoais, em especial da troca de favores.

FAVORES, OBRAS, FESTA, FACÇÕES DOMINANTES

A luta por ser igual que, segundo Bailey, caracterizaria a "pequena política", por caminho oposto ao da competição do mercado, é capaz de gerar desigualdades, dentro dos limites das pequenas comunidades, equivalentes às provocadas por aquela num âmbito mais largo. No caso das trocas pessoais, feitas das doações desinteressadas, o desequilíbrio no dar e receber pode separar credores e devedores e, se isso não ocorre, é por conta da censura difusa exercida pela comunidade sobre cada um dos seus membros. Numa sociedade que fosse feita de comunidades desse tipo, o controle seria absoluto. Quando essas comunidades existem dentro de uma sociedade hierarquizada, ou, como em nosso caso, de uma sociedade de classes, o que ocorre é, a par da censura, uma exclusão automática 'para cima' dos doadores rebeldes, que passam a ser identificados a outra classe ou a outro mundo social.

Na realidade, por conta das múltiplas dimensões da vida social, essa exclusão é relativa. O mais frequente, nas áreas rurais brasileiras, é, como em tantos outros lugares, encontrarmos grandes doadores dentro das comuni-

dades operando no limite da ‘exclusão para cima’, isto é, de ter o poder, acumulado pelos favores prestados a muitos e não retribuídos, identificado com o poder institucional dos políticos. Não é acidental que os políticos estabelecidos busquem entre esses prestadores de favores (pela quantidade de pessoas que vinculam) os seus ‘cabos eleitorais’ e os seus candidatos a vereador e que as comunidades resistam a ‘perder’ esses seus membros (Heredia, 1996).

Se fazer favores gera poder, fazer política (e, na concepção corrente, quem faz política tem poder) significa fazer favores numa escala que extrapola o grupo de ‘iguais’, que foge, portanto, ao controle da comunidade, que gera redes de desiguais. Investir na política, do ponto de vista dos que fazem parte dessas comunidades, significa algo como desinvestir-se de seus próprios poderes.

Externalidade da política não é o mesmo que impessoalidade. Se o mundo da política é visto como ‘pouco conhecido’, ‘de fora’ e identificado a uma entidade de difícil definição, o ‘governo’, isso não quer dizer que ele seja pensado como impessoal mas sim feito de relacionamentos pessoais entre homens extraordinários, “pessoas de conhecimento”. Isso significa simultaneamente terem instrução, sabrem ‘onde estão as coisas’, conhecerem as leis, serem conhecidos e terem conhecidos em muitos lugares, e sobretudo serem donos de um certo saber-fazer, que os distingue das demais pessoas, que os capacita a gerirem conflitos de toda espécie.

Se ser portador desses atributos já implica ter poder, qualifica-os também para fazerem mais e maiores favores, tornando-se ainda mais poderosos. Diante deles, mesmo os eleitores (todos os que não são políticos) que go-

Longe da falta de importância que lhe é atribuída por um certo senso comum intelectual, as eleições municipais sempre tiveram grande importância na história do Brasil

zam de uma condição social ou econômica considerada boa se autodenominam como os ‘de baixo’. As relações entre os políticos são relações de amizade ou inimizade suspeitadas mais do que afirmadas (“só sabe dos segredos deles quem está lá dentro”). Umas revelam atributos ou comportamentos de alguns que contrariam o código moral prevalecente entre os ‘de baixo’. De determinado político (um prefeito) dizia-se que demorava horas no banho; de outro, que dormia até tarde; de um candidato derrotado, contava-se, ironizando, o seu insucesso, que “gostava muito da família” (não saía de casa para fazer campanha). Outras acentuam qualidades de outros — “trabalha muito, quase não dorme; mal o dia aparece, já está de pé”; “caminha o dia todo se informando da situação do povo” e assim por diante. Umas e outras vão configurando imagens de certa durabilidade.

Por ser externa, por não atravessar no dia-a-dia o fluxo das ações e interações que fazem o cotidiano das pessoas, a política precisa ser, de algum modo, visível. Se no caso dos favores entre pessoas comuns, basta a palavra; se no caso dos serviços ou favores prestados por cabos eleitorais ou vereadores, a palavra deve fazer-se acompanhar da presença física (um vereador que trabalha e não aparece pode desqualificar-se diante da comunidade, que se pode sentir ‘desprezada’); no caso dos políticos plenos (prefeitos,

para ficarmos nos limites do município), a distância e a escala tornam indispensável que sua ação se objetive em obras. A obra abre a possibilidade do favor dirigido a toda uma coletividade (o que alguns autores chamam de “patronagem pública”), singulariza o político diante do grande doador não político. Mas, sobretudo, a obra é a face pública da política, ao revelar o uso que é feito dos recursos públicos e ao assinalar, para qualquer entendedor, a presença óbvia da política, como transparece no diálogo que presenciei dentro de uma família às vésperas de uma eleição municipal em Pernambuco:

FILHO (dirigindo-se ao pai que saía de casa): — Vai fazer política?

PAI: — Não. O secretário (o Secretário de Agricultura do estado, que se encontrava no município) vai inaugurar umas obras (leia-se: e eu vou acompanhá-lo).

FILHO: — Oxente! E não é política?

MÃE (complementando com um resmungo): — Não é política mesmo...!?

Se aos especialistas, que são os políticos, é dada a possibilidade de fazer política, ou seja, favores e obras todo o tempo; para a comunidade na qual há um tempo certo para a política, o ‘tempo da política’, a ‘época da política’ ou, simplesmente, ‘a política’, é identificada ao período eleitoral. Isso porque a política divide e, para conjurar essa ameaça, é necessário circunscrevê-la no tempo, como uma interrupção do cotidiano, em que a divisão é necessária para ordenar. Quando se diz que “política é festa” não se está simplesmente assinalando o lado festivo das atividades próprias desse período, em que as disputas são dramatizadas de modo quase teatral, mas também indicando que é a própria política (a relação nós/eles, em vários níveis — comunidade/políticos; facção a/facção b,

etc.) que está sendo comemorada. Não é casual que nesse período multipliquem-se os favores e avolumem-se as obras. Como também não é casual que, durante esse tempo da política, mais importantes do que as próprias obras sejam as inaugurações de obras.

Mas, a 'externalidade' da política 'replica', de certo modo, a oposição entre local e nacional. Quando o que está em jogo não são, como num ideal campo de disputas democrático, grupos que, defrontando-se e conformando-se na elaboração de seus interesses, disputam o poder, mas sim a regulação das relações de partes de uma sociedade com um poder localizado fora dela, o que há é a elaboração de uma distância que, em torno de um líder, produz facções, quase-grupos que se enfrentam no tempo da política, quando a política é identificada com a própria disputa.

Fora do tempo da política, a política se confunde com a atividade política da facção dominante, e só em condições excepcionais (uma transição mal feita do tempo da política ao cotidiano ou paralelismo de poderes) o termo se refere à luta entre lideranças de facções antagônicas, como pode ser atestado, a cada passo, em fórmulas verbais como "isso foi naquela política de Fulano de Tal", "eu não sou da política dele", "a política do município é comandada por seu Beltrano" ou "o sindicato não se mete em política" (aqui para dizer que um sindicato de trabalhadores rurais que intervém diretamente na política não tem compromissos com a facção no poder).

A facção que assume o controle de um município — sintomaticamente identificada pelas demais e auto-referida como "situação" — é, de modo quase automático, associada à política institucional, à política 'externa' e legítima, ao 'governo' (entidade que

Populações do interior
pensam a política de modo
aparentemente incoerente,
como algo externo e
temporário, mas feito da
mesma matéria de que é
feito o seu cotidiano, isto é,
de trocas pessoais, em
especial da troca de favores

corporifica o poder externo), e as de mais postas na posição residual de "oposição". O intento dessa facção não é propriamente representar a comunidade, mas ser reconhecida pelos de fora e projetar-se para dentro como se fosse toda a comunidade. Para transformar em realidade tal pretensão, é preciso anular a facção adversária, neutralizando-lhe a eficácia, monopolizando as funções assistenciais e assim diminuindo a capacidade de doar dos inimigos, cooptando, por meio de empregos ou cargos na administração, parte de seus membros, ou usando a violência física ou simbólica contra suas lideranças.

'GOVERNISMO ADESISTA' VERSUS VOTO E CIDADANIA

Sub-produto do faccionalismo é o "espírito governista" que Victor Nunes Leal (1975, p. 38), há mais de cinquenta anos, dizia ser a "a marca dominante dessa mentalidade municipal" que, paradoxalmente, seria reforçado nas últimas décadas por formas de intervenção mais direta do Estado. A multiplicação de órgãos públicos federais e estaduais nos municípios durante o período militar, sem que se tenham alterado os critérios de provimento dos postos a eles vinculados, viria a criar uma situação curiosa.

Em municípios como o que estudamos, tornaram-se freqüentes nos últi-

mos anos — e para isso devem ter contribuído também o desgaste do poder político "tradicional" e o efeito desagregador exercido pelas eleições não casadas — situações de dissociação política entre os que controlam a máquina político-administrativa estadual e a do município, fazendo com que os tradicionais confrontamentos situação/oposição cedessem lugar a certo paralelismo de poder. A vitória de um partido oposicionista deixou de significar necessariamente sucessão no poder.

Como o poder local passou a apoiar-se sobre dispositivos não meramente locais, tão importante quanto ter cargos na prefeitura é ocupar cargos estaduais ou federais no município (nas delegacias ou departamentos de secretarias estaduais ou ministérios federais; na coordenação de programas de desenvolvimento, etc.), para os quais continuam sendo indicados, pelos procedimentos de sempre, políticos 'locais', que, a partir deles, continuam distribuindo favores e realizando obras. Na disputa que se estabelece, ambos os lados batem na tecla da necessidade de harmonia (para que o seu poder seja completo), ao mesmo tempo que cultivam a divisão (sem a qual, dentro da lógica faccional que continua a dominar o processo político, seriam engolidos pelo adversário no poder), agora com a "vantagem" de que a arma da acusação de mau uso dos recursos públicos deixou de ser privilégio da oposição.

O 'governismo' foi reforçado e, hoje em dia, pelo menos nas áreas que estudamos, já não se manifesta apenas nas conhecidas adesões pós-eleitorais de políticos derrotados à nova 'situação', mas está incorporado ao senso comum, como transparece — em situações que incluem desde as conversas mais informais até os discursos públicos de políticos — em verbalizações diversas:

■ Tradução de um certo saber herdado, quando um camponês afirma: "Meu pai sempre disse: vote com o governo".

■ Consideração de ordem lógico-pragmática, como vi expresso por membros de diferentes categorias sociais: "O que vai fazer um prefeito contra o governo?" ou "Mas tem que reconhecer que um prefeito sem o apoio do governo (estadual) quase nada pode fazer".

■ Expressão do pragmatismo político de um especialista que, lamentando a derrota de um candidato a vereador seu aliado, explica-a pelo não uso da posição que ocupava no Funrural, preferindo fazer campanha fora da repartição, "dispersando o favor".

■ Espécie de formulação doutrinária bastante difundida: "Tem que ser tudo de acordo" ou simplesmente, como afirmava o velho camponês que dizia seguir o conselho paterno, "Tem que haver uma ordem".

Ou ainda, na formulação surpreendente de um militante petista, com uma sempre evocada participação nas greves do ABC paulista no final dos anos de 1970 e com experiência de campanhas que colocaram oposicionistas à frente de prefeituras no interior de Pernambuco: "Tem que haver uma harmonia entre prefeitura e governo estadual."

Onde política e poder são assim concebidos, é pelo menos problemática a associação entre voto e cidadania. Mesmo que o desinteresse da população pelas eleições (suposto por alguns estudiosos da política) não tenha consistência empírica e a regra seja o envolvimento ativo e às vezes apaixonado dos 'eleitores' (definidos socialmente mais pelo envolvimento do que pelo título eleitoral) nas atividades que compõem o tempo da política (da exibição dos símbolos de seus candidatos à participação nas manifestações públicas da facção, com que se identi-

Se fazer favores gera poder, fazer política significa fazer favores numa escala que extrapola o grupo de iguais

ficam) e que portar um documento eleitoral, numa sociedade em que documentos significam reconhecimento social e lugar numa hierarquia, seja valorizado; o voto não é associado ao exercício de um direito individual, mas a uma sinalização de adesão a um 'lado' (facção) da sociedade. Isso faz com que propostas de transformação social pelo voto enfrentem grandes dificuldades, embora trabalhem com o suposto de que aquela associação é feita ou pode ser inculcada com facilidade na cabeça dos que votam, e possam ter um efeito pedagógico de longo prazo.

A circunscrição da política como atividade legítima de todos a um período determinado inibe as atividades políticas de grupo no cotidiano. A militância permanente — marca do trabalho político dos partidos de esquerda e, no passado, também de uma certa direita — e até mesmo a presença muito constante do político nas comunidades é vista com desconfiança. A política é identificada com divisão (ao contrário da família que simboliza a unidade) e, por isso, a atividade política constante é vista como uma ameaça à comunidade. Sem dúvida, aquele padrão de militância pode legitimar-se ao longo do tempo, mas trata-se de um processo difícil e de resultados incertos.

A não individualização dos eleitores tende a tornar inócuos os apelos à consciência individual. Um exemplo disso são os maus resultados das tentativas de políticos de esquerda ou organizações civis ou religiosas de, dian-

te da "compra de votos", apelarem à consciência do eleitor, instando-o a não se deixar corromper ou, mais complicado ainda, é sugerirem a esse mesmo eleitor que, dada a carência material em que vive, aceite o dinheiro ou a cesta de alimentos e, na cabine eleitoral, vote de acordo com suas convicções. Se o apelo primeiro não costuma ser muito ouvido, a sugestão última acaba garantindo o voto no candidato que 'compra votos': que convicção maior do que o imperativo moral internalizado de dar seu voto, e, votando, ser fiel e retribuir a quem o ajuda?

Mas talvez a forma mais sutil de neutralização de iniciativas de mudança das práticas políticas nessas circunstâncias esteja dada na própria maleabilidade do 'modelo faccional' que converte a seu favor qualquer tentativa de alterá-lo. Assim ocorre com as tentativas de alterá-lo pela denúncia de seus efeitos. A confiança do eleitor num político passa pela sua capacidade de prestar favores, de dar assistência, de beneficiar a comunidade, de cumprir as promessas feitas ou o que é entendido como promessa. Um discurso que denuncie a iniquidade dos favores atomizados, a discriminação social ou individual que pode engendrar, os privilégios que pode gerar, a necessidade de caminhos alternativos, etc. pode vir a ser acolhido com entusiasmo, vindo a indicar o conhecimento e o poder que capacitam o candidato como político, capaz, portanto, de prestar mais e maiores favores, de assegurar mais benefícios para o município, e também de quem se cobrará mais o cumprimento das promessas feitas. Quanto mais ideológico e menos pessoal o discurso, mais forte a identificação pela população do candidato com a política na sua extensão e no seu esoterismo.

Um efeito, até certo ponto parado-

xal, disso é fazer com que mesmo os candidatos mais identificados com o lugar sejam levados a adotar em suas campanhas uma retórica estranha ao linguajar cotidiano, próxima da dos ‘candidatos ideológicos’, para serem identificados como políticos. E, no outro extremo, é uma cena comum os candidatos mais ideológicos queixarem-se de estar sendo obrigados a “meter a mão no bolso”, isto é, para serem capazes de estabelecer vínculos com os eleitores, terem que aceitar a ‘lógica’ da doação e do favor.

Assim pode ocorrer também — e o último exemplo já nos aproxima desse campo — com as tentativas de enfrentar aquele “modelo” no plano, não do discurso, mas da prática. Um líder popular (e aqui penso na trajetória de líder sindical dos mais combativos da área canavieira de Pernambuco que entrou na política no final dos anos de 1980), que se faz reconhecer através da coordenação de grandes ações de massa, impessoais, de defesa dos trabalhadores, pode transformar-se, sem que se dê conta, da noite para o dia, por uma votação expressiva, insuficiente para alçá-lo à prefeitura, mas mais do que suficiente para anular o terceiro colocado, em chefe de uma facção política, passando a agregar ao seu redor uma parte grande dos derrotados.

Neste caso, é o caráter não faccional de seu grupo, cuja existência independe de controlar a prefeitura por estar ancorado numa prática não política, a prática sindical, que vai permitir a sua permanência como líder político entre duas eleições. O aparecimento da nova facção, construída sobre relações pessoais como qualquer outra embora basicamente circunscrita a uma mesma classe social, que, aliando-se a algumas outras facções excluídas do governo local, vai fazê-lo prefeito do município quatro anos depois.



Mas, se o modelo faccional é um obstáculo a que partidos ou grupos políticos com propostas de transformação social, com as noções de igualdade política e autonomia dos cidadãos em seus próprios fundamentos, conseguam assumir o poder político no município guardando a sua identidade, esse mesmo modelo representa um obstáculo ainda maior à implementação desse tipo de proposta quando ocorre o sucesso eleitoral. Onde a prática política confunde-se com favores e obras, a idéia de política como ‘ação de Estado’ ou como ação impessoal dos poderes públicos para atingir um determinado fim, associado ao bem-estar da comunidade, é algo de difícil equacionamento, quase impensável. Uma prefeitura ou um prefeito de um pequeno município não implementa a ‘política’ *a* ou *b*, mas simplesmente — e é isso que se espera dele — “faz política”.

A tentativa de racionalização da administração municipal empreendida por um prefeito do sertão pernambucano, eleito em 1988, no bojo de um movimento popular contra doze anos de domínio da política municipal por um mesmo ‘grupo’, serve bem para ilustrar este ponto. Querendo descentralizar o governo municipal, dividindo o trabalho entre secretarias e evitando a duplicação de funções, dirigiu

a atividade de cada uma delas para um fim específico, colocando-se ele próprio na posição de um coordenador de ações. Circunscreveu as ações assistenciais, que eram a marca de administrações anteriores, a uma única delas, a “Secretaria de Ação Social”, que, na melhor tradição republicana brasileira, entregou à esposa. Ao fim de dois anos de mandato, ele comentava bem humorado: *O povo diz que ela é que é a prefeita*. Seis anos depois, graças ao exercício intensivo e exclusivo das tarefas assistenciais, como que confirmado o poder premonitório da ‘voz do povo’ ao identificar quem ‘fazia política’, ela seria eleita prefeita do município, sucedendo ao sucessor do marido.

‘IMPLEMENTAR’ POLÍTICA E ‘FAZER’ POLÍTICA

Onde se conseguiu implementar programas políticos efetivamente renovadores, isso foi possibilitado pela capacidade de certos grupos ou de certos líderes de capitalizarem a seu favor aquela maleabilidade do ‘modelo faccional’. Assim, o mesmo discurso programático que serve como identificador dos políticos (medindo-lhes a capacidade retórica e, por ela, a familiaridade deles com a política que é o lugar da palavra, da palavra investida de autoridade) pode ser levado ao pé da letra, como promessa, e, em nome do cumprimento da palavra, da honra empenhada na palavra dita de público, ser levado à prática, fazendo *tabula rasa* dos favores pessoais. Se um tal programa se objetiva em obras, torna-se possível a dissociação entre as duas dimensões da política tal como concebida e vivida pela população, uma tornando-se a negação da outra. Essa contraposição esteve no centro de uma das experiências de investimento sindical na política que tenho acompanhado.

No município do sertão de Pernambuco a que já me referi, foi em nome da palavra dada, que o prefeito eleito em 1992, pôde, ao longo do seu mandato, assumir uma postura radical de recusar-se a prestar favores individuais e a praticar o ‘assistencialismo’ (distribuição em massa de alimentos ou outros bens) e cumprir um ousado programa de desenvolvimento de comunidades. Para a implementação desse programa, proposto pelo sindicato do município, foi criada uma secretaria de agricultura, entregue a um membro do ‘grupo’ do sindicato (uma espécie de colegiado de dirigentes, ex-dirigentes e assessores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que atuava dentro da chamada Frente Popular do município), que recebia as demandas dos conselhos comunitários, implantados nos sítios, povoados e vilas, e as distribuía às demais secretarias, exercendo, além das suas tarefas específicas, a de coordenar a ação do conjunto de secretarias.

Uma peça central do programa eram as ‘obras comunitárias’ — construção de barragens, passagens molhadas, silos, etc. — decididas pelas comunidades, algumas das quais, depois de realizadas, tinham seu uso administrado pelo conselho comunitário. O impacto político, como era de se esperar, foi muito forte no município: o prefeito teve problemas com a Câmara de Vereadores (durante a maior parte do mandato não conseguiu maioria); com a facção que alijou do poder (contava-se que o deputado que a liderava dizia que *conselho só de mãe e, assim mesmo, às vezes a gente não obedece*) e também perdeu aliados. A avaliação feita pelos adversários e por parte dos aliados que lhe continuavam fiéis era que estava sendo “bom prefeito, mas mau político” ou que “estava fazendo muitas obras, mas a parte social deixava a desejar”.

A circunscrição da política como atividade legítima de todos a um período determinado inibe as atividades políticas de grupo no cotidiano. A militância permanente e até mesmo a presença muito constante do político nas comunidades é vista com desconfiança

Ao final do mandato, num município em que a população urbana é bem superior à rural e apesar das obras realizadas terem sido basicamente voltadas para a área rural, a aprovação de seu governo apontada pelas pesquisas era de mais de 80% da população. Note-se que a possibilidade de uma experiência como essa depende menos da decisão solitária de um líder do que do modo como são estabelecidas as alianças políticas antes e depois das eleições. O fato da articulação das diferentes ‘forças políticas’ unidas em volta do candidato ter-se dado em torno de um programa de governo seria decisivo. Não se estabeleceu uma aliança na forma convencional dos acertos quanto à distribuição de cargos no governo ou coisas que tais, como é feito habitualmente, atribuindo-lhe um programa, rótulo prestigioso para um conglomerado de promessas eleitorais.

Não era simplesmente um programa de realizações para orientar o candidato na eventualidade de ser escolhido prefeito ou a formalização de um acordo com um grupo político específico. O programa passou pela aprovação de todos os partidos que compunham a Frente e foi levado a palanque pelo candidato a prefeito e por seus aliados, pautando o discurso daquele,

que o definia como “a nossa Bíblia”. Isso permitiu, vencidas as eleições, que o novo prefeito fizesse dele o instrumento de que se valeria para operar o ‘corte brusco’ com o “assistencialismo das administrações anteriores”, sendo absolutamente fiel aos valores ‘tradicionais’. Contra a lógica das doações e do favor, não se perfilava apenas um abstrato programa de governo, mas a palavra dada — e a palavra dada em público — por alguém que, se, como candidato, tinha autoridade, agora era ‘uma autoridade’. E mais, era uma ‘palavra dada’ que havia empenhado, junto com ela, a palavra de todos os que compartilhavam o mesmo palanque. Por essa razão, é que o prefeito respondia, ironicamente, às críticas que lhe eram endereçadas com uma pergunta: *Estou ou não estou cumprindo o que prometi?*

Se na experiência que relatamos, as obras tiveram um peso decisivo, também as ambigüidades do favor, nesse e em outros casos, têm sido acionadas para “furar” o modelo faccional. Mostrar a associação entre favor e favoritismo, de difícil equacionamento em palanque, é uma possibilidade real quando se tem o poder. Uma ocasião privilegiada é o momento mesmo em que o poder é assumido, que, na lógica faccional, é o momento das ‘perseguições’, de que o exemplo mais comum é a demissão de adversários ou de eletores destes do corpo de funcionários da prefeitura. Não fazer ‘perseguições’ sem cobrar adesões é algo surpreendente e é lido como uma manifestação de generosidade do governante. Se a isso se soma o corte das vantagens de uns poucos e, por exemplo, salários um pouco mais altos para todos, aumenta a credibilidade pública dos que estão começando a gerir o município.

Outros procedimentos têm também

sido utilizados para a neutralização da política do favor. Em um município do agreste onde um sindicalista de expressão nacional conquistou a prefeitura, o redirecionamento dos favores pessoais tem tido um papel decisivo na ruptura do modo estabelecido de fazer política. Nesse caso, além de a recusa do favor individual não excluir o tratamento cortês dos que os solicitam, houve a preocupação de garantir a obtenção por outras vias do bem ou serviço demandado, que não a doação do prefeito ou de algum intermediário: desempregados pedindo dinheiro, eram encaminhados às frentes de serviço; alguém sem recursos (e só sem recursos) querendo comprar remédios, encaminhado à farmácia comunitária; outros pedidos deveriam ser levados aos conselhos comunitários, mas sempre havendo um acompanhamento pessoal de um funcionário, de modo a garantir a obtenção pelo cidadão daquilo que era buscado. Há a preocupação constante dos que estão envolvidos nesse atendimento de mostrar que o que está sendo dado não é um favor, mas que se está assegurando um direito. Essa política eliminou os intermediários dessa atividade assistencial, geralmente vereadores, provocando também forte reação da parte deles. Mas a aprovação da maioria da população do município a esse modo de gestão está num patamar semelhante às de que tratamos anteriormente.

Não disponho de elementos para fazer avaliações mais amplas sobre tudo daqueles casos em que a implementação de experiências como essas seguiu uma via mais estritamente partidária. Olhando, porém, para as experiências em que o sindicato (e aqui, vale lembrar, estou pensando em municípios do interior e sindicatos de trabalhadores rurais) esteve diretamente envolvido, sou tentado a afirmar que

Onde a prática política confunde-se com favores e obras, a idéia de política como 'ação do Estado' ou como ação impessoal dos poderes públicos para atingir um determinado fim, associado ao bem-estar da comunidade, é algo de difícil equacionamento quase impensável

o chegar-se a implementar uma dessas experiências de transformação política — às vezes lembram pequenas revoluções — tem a ver com o fato dessas organizações suprirem certos pressupostos da cidadania. Isto, em especial, pela não internalização das noções de igualdade política e direitos individuais, mas pelo acionamento de uma certa idéia de direito (garantias legais impessoais) que lhes vem de direitos coletivos reconhecidos e das lutas coletivas ou individuais para experimentá-los.

Talvez mais que qualquer outro grupo, os sindicatos usam as leis para implementar direitos daquele tipo e para defenderem-se de leis outras que lhes dificultam a existência. Essa familiaridade garante a essas corporações de trabalhadores uma entrada singular no mundo da política. Se essas características corporativas e impessoais da sua prática tornam extremamente difícil a transformação de seu poder numérico em voto; quando tal sucesso ocorre, pela continuidade que lhe é garantida pelo caráter corporativo, pela familiaridade com o mundo da burocracia, pela experiência de pensar *ex officio*, em termos de políticas públicas ou de medidas não indi-

vidualizadas, têm um peso relativo maior do que as redes ou quase-grupos (de permanência precária e sem capacidade propositiva) que são as facções e sub-facções na composição dos governos municipais, às vezes assumindo funções que tradicionalmente seriam dos bacharéis ou de outros letrados ligados às classes dominantes.

GRANDE MUDANÇA E MUDANÇAS MOLECULARES

Nos últimos quarenta anos, os sindicatos e algumas outras organizações com perfil próximo abriram uma espécie de brecha na dominação tradicional. Não cabendo por inteiro nos limites das comunidades rurais, por serem parte de uma articulação maior, portadores de regras impessoais e testemunhos de uma outra maneira de recortar a realidade que não aquela prevalecente antes de seu aparecimento, contribuíram, às vezes por sua mera presença, para o reconhecimento de novas posições sociais e para a elaboração de novas identidades sociais. Os sindicatos tornaram ao mesmo tempo mais complexo o 'trabalho de dominação' dos dominadores tradicionais e tornaram-se, eles próprios, núcleos de poder paralelos. Um poder que, nos últimos dez anos, vem tentando transferir para a política. Essa transferência é complicada porque não há transitividade entre o poder sindical e o poder político; seus fundamentos são diversos.

No caso do primeiro, mesmo quando estão em jogo lideranças unipessoais, elas não anulam a idéia de classe e a noção de igualdade entre seus membros, que faz com que, ao contrário de situações como algumas que apontamos, um trabalhador da comunidade ou do sindicato, se escolhido pela comunidade ou pelo sindicato, não seja perdido para a comunidade,

mantendo-se, contra o esquema tradicional, continuidade entre as duas situações ("se ele não fizer o que prometeu, nós vamos lá e pegamos no pé dele"). Para os trabalhadores rurais, a imagem talvez mais comum do sindicato é aquela da 'casa do trabalhador na cidade', um lugar onde o trabalhador se sente em liberdade. Um trabalhador da mata sul de Pernambuco formulou bem como é visto esse avanço do sindicato em direção à política. Referindo-se à candidatura do presidente do seu sindicato a prefeito, de que se cogitava na época, ele dizia que ele só poderia sair do sindicato *para uma coisa maior* (a prefeitura), *porque aí a gente passa a ter mais liberdade. Vai ser mais um lugar para se ter liberdade. Com ele lá, a gente tem duas liberdades.*

Parece-me uma ilusão substituirmos a utopia de uma grande mudança geral da sociedade, pela utopia de que serão essas e muitas outras mudanças moleculares desse tipo que vêm se dando por toda parte que farão ruir os alicerces da sociedade injusta em que vivemos. Neste plano, também é enganoso trabalharmos com a polaridade local-nacional. É preciso não esquecer que algumas dessas experiências foram asseguradas por mudanças 'nacionais', como o novo papel atribuído ao município pela Constituição de 1988, que, entre outras coisas, garantiu-lhes a elaboração de suas próprias Leis Orgânicas e que algumas dessas experiências podem estar sendo impulsionadas ou, ao contrário, neutralizadas com a oficialização dos conselhos.

O importante é que, nessas lutas moleculares, estão sendo experimentadas formas de ruptura com um modo de funcionamento da política que é tão velho quanto o Brasil oficial. Não são ataques externos, mas ataques internos e às vezes muito profundos, embora

Os sindicatos tornaram ao mesmo tempo mais complexo o 'trabalho de dominação' dos dominadores tradicionais e tornaram-se, eles próprios, núcleos de poder paralelos

sem batalhas finais, porque não há vitórias definitivas e o sucesso dessas experiências também gera problemas a serem enfrentados, mas que ajudam a descobrir caminhos novos de enfrentamento, que não têm por que continuar sendo simplesmente locais.

Se pensarmos a nossa experiência de democracia e construção da cidadania referidos à experiência européia, estamos ainda muito longe daquela revolução operada pelo sufrágio universal que faz Pierre Rosanvallon (1992, p. 11) afirmar que *tornou-se para nós um fato evidente, um dado quase natural da vida em sociedade, que todos os indivíduos, quisquer que sejam eles, têm um peso idêntico na decisão e na legitimação política. Se quisermos pensar em termos mais universalistas, é preciso questionar esse suposto universalismo da experiência européia. Se mesmo ali as vias foram diversas, por que o caminho de sociedades como as nossas tem que ser o mesmo?*

As experiências de participação popular, construídas por sindicatos e movimentos sociais, podem exibir outras possibilidades históricas. Sobretudo, se tiverem presente que não são um começo absoluto, mas elos de uma cadeia de lutas de vários tipos. Se não fizerem *tabula rasa* do passado, perceberão elementos democráticos dentro da sociedade desigual em que vivemos, que poderão ser aprofundados. Um deles (em toda a sua ambigüida-

de) é o lugar social das eleições nos municípios e a paixão pelo voto a que nos referimos. Se isso está amarrado a uma lógica faccional, cumpre desfazer esse nó. E o que as experiências de renovação que estão acontecendo mostram é que há uma multiplicidade de caminhos que, se eventualmente embute descaminhos, mostra que os resultados do jogo não estão decididos *a priori*.

Moacir Palmeira, professor do Programa de Pós-graduação de Antropologia Social e coordenador do Núcleo de Antropologia da Política do Museu Nacional/UFRJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAILEY, F. G.. 1971. *Gifts and poison*. In F.G. Bailey (ed.), *Gifts and Poison: The Politics of Reputation*. Oxford: Basil Blackwell.
- COMERFORD, John. 1998. "Sindicatos, Sociabilidade e Poder: um estudo sobre trabalhadores rurais." Projeto de pesquisa. *Cadernos do NuAP*, número 2.
- HEREDIA, Beatriz. 1996. "Política, Família, Comunidade" in Moacir Palmeira e Marcio Goldman (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- GROSS, Daniel R. 1973. "Factionalism and Local Level Politics in Rural Brazil" *Journal of Anthropological Research*, XXIX(2):123-144.
- LANDÉ, Carl H. 1977. "Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism" in Steffen W. Schmidt et alii (orgs.), *Friends, Followers, and Facions: A Reader in Political Clientelism*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press. pp. 13-32..
- LEAL, Victor Nunes. 1975 (1949). *Coronelismo, Enxada e Voto (O Município e o Regime Representativo no Brasil)*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. 1995. "Os Comícios e a Política de Fazões". *Anuário Antropológico* 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. 1969 (1957). *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros.
- ROSANVALLON, Pierre. 1992. *Le Sacre du Pouvoir: histoire du suffrage universel en France*. Paris: NRF/Gallimard.

Poder local: riscos de simplificação

Ana Clara Torres Ribeiro

O poder local tem sua própria história e suas próprias qualidades. É visto, entretanto, banal e simplistamente sem se levar em conta os riscos das alianças estranhas, assim como a sobrevivência de velhas oligarquias ou novas que até animem expressões de auto-segregação. Destas e doutras observações percebe-se como se têm criado impensadamente municípios. O pacto federativo está em questão

AFINAL, O QUE É PODER LOCAL?

Esta classe dominante empresarial-burocrático-eclesiástica, embora exercendo-se como agente de sua própria prosperidade, atuou também, subsidiariamente, como reitora do processo de formação do povo brasileiro. (Darcy Ribeiro)

Atualmente, existem muitas categorias banalizadas pelo discurso político. Entre estas categorias, está a de poder local. A banalização, junto com a proliferação de discursos novos, atinge noções de grande relevância para a ação política, como democracia e cidadania. A explicação deste processo encontra-se nas forças políticas envolvidas no equacionamento da questão social. Não se trata de excesso de citação, mas da tendência a um contínuo deslocamento entre o sentido da ação social e sua nomeação.

Assim, uma luta por saneamento aparece, com frequência, transformada em luta por cidadania, mesmo que aqueles que reivindicam não se interroguem sobre a possibilidade de garantir a generalização do acesso àquele bem que, para si, é reconhecido como "de direito". Da mesma forma, uma luta por reconhecimento e dignidade, como exemplifica a luta pela terra, é, em geral, reduzida ao bem imediatamente reivindicado, sem que seja apreendido o sentido mais amplo da ação social. Trata-se de enredamentos prático-discursivos que, no caso do poder local, tornam esta categoria de

difícil uso na análise da conjuntura política do País. O poder local perde especificidade, ao mesmo tempo em que é naturalizado.

A categoria 'poder local' tem sido sobrecarregada por qualidades pressupostas, sem a correlata observação da experiência social concreta e o reconhecimento de particularidades históricas e geográficas. Estas qualidades decorrem, de forma difusa, de conceções de democracia ou de modelos de gestão das relações Sociedade/Estado. Deste último ângulo, são veiculadas certezas relativas à potencial maior transparência da administração municipal, dada a proximidade governantes/povo, e relativas ao teor das necessidades sociais, sem que estas certezas sejam submetidas ao exame das condições econômicas e político-culturais do lugar.

Aliás, hoje, a leitura das necessidades sociais encontra-se condicionada por uma interpretação que enfatiza, com grande automatismo, a vida cotidiana no lugar. Trata-se de uma redução que acontece mesmo quando atores sociais expressam ideários, formas de organização e carências que ultrapassam, de muito, a escala local e o quotidiano; demonstrando a existência de forças sociais com presença noutras escalas da vida política do país.

Ainda nesta direção, pode ser dito que, nas últimas décadas, tanto em decorrência da globalização da economia quanto pela emergência de novas redes sociais tornaram-se freqüentes

propostas de atuação que privilegiam os vínculos local/global (Novais, 1999), atribuindo a esses vínculos mais qualidades positivas, para a conquista de direitos sociais, do que aquelas encontradas nas escalas regional ou nacional. Estas escalas, apesar de envolvidas na ação, tendem a permanecer sem projeto, o que contribui para fragilizar a democracia e reter o fortalecimento de sujeitos sociais.

Por estas observações iniciais, constata-se que seria inadequado tratar o tema do poder local sem antes explicar como é compreendido. Para as finalidades deste texto, entende-se poder local como domínio de formas de exercício da política e de meios de administração que permitem o alcance, no lugar, de condições materiais e culturais de realização de interesses e projetos. O poder local é, portanto, uma manifestação histórica concreta das relações sociais e objeto de disputa.

O LOCAL NÃO É INOCENTE

A compreensão do poder local impõe a reflexão de contextos específicos, não necessariamente limitados ao município. Assim, a definição proposta de poder local opõe-se à aceitação de certezas genéricas sobre qualidades imanentes ao lugar, já que este possui a sua própria historicidade. Como afirma Armando Corrêa da Silva, (1986, p. 30):

A categoria lugar tem uma existência remota. Denota o espaço como um complexo de relações de localização determinada. Essas relações são um produto do trabalho (...) Convém considerar (ainda) o lugar natural, isso é, o lugar suscetível de apropriação na natureza como recurso.

De fato, da análise de contexto depende a resistência a ideias do poder local que desconheçam diferenças entre a experiência brasileira e, por exemplo, a norte-americana, onde a

formação comunitária, apoiada em amplas referências culturais, envolve a concepção de democracia. Ainda é a análise de contexto que permite o reconhecimento da distância, de fato existente, entre a configuração do poder local no Brasil e experiências europeias, em que anseios de autonomia regional, como na Espanha e na Itália, exprimem a efetiva história dos lugares e qualidades do tecido social.

Compreende-se, com estas rápidas referências, que a banalização do poder local eria obstáculos ao debate da democracia no Brasil, indispensável à formulação de um projeto para a organização político-jurídica que favoreça a distribuição mais justa dos re-

A associação imediata entre poder local e administração municipal é impeditiva da observação crítica do domínio dos municípios por forças externas ao lugar

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR FAIXAS DE POPULAÇÃO

| FAIXA DE POPULAÇÃO | Nº DE MUNICÍPIOS | | | | | | |
|--------------------------|------------------|--------|-------|----------|--------------|---------|------|
| | BRASIL | % | NORTE | NORDESTE | CENTRO-OESTE | SUDESTE | SUL |
| Até 2.000 | 139 | 2,50 | 28 | 21 | 12 | 32 | 29 |
| De 2.001 a 5.000 | 1274 | 23,13 | 90 | 265 | 137 | 249 | 371 |
| De 5.001 a 10.000 | 1316 | 23,90 | 98 | 403 | 110 | 153 | 302 |
| De 10.001 a 20.000 | 1388 | 25,20 | 107 | 590 | 101 | 342 | 248 |
| De 20.001 a 50.000 | 910 | 16,59 | 90 | 378 | 60 | 258 | 124 |
| De 50.001 a 100.000 | 277 | 5,02 | 23 | 89 | 15 | 100 | 50 |
| De 100.001 a 200.000 | 108 | 1,96 | 6 | 21 | 5 | 57 | 19 |
| De 200.001 a 500.000 | 68 | 1,23 | 5 | 11 | 3 | 35 | 14 |
| De 500.001 a 1.000.000 | 16 | 0,29 | 0 | 6 | 2 | 8 | 0 |
| De 1.000.001 a 2.000.000 | 7 | 0,12 | 2 | 2 | 1 | 0 | 2 |
| De 2.000.001 a 5.000.000 | 2 | 0,03 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| De 5.000.001 a ... | 2 | 0,03 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| TOTAL | 5507 | 100,00 | 449 | 1787 | 446 | 1237 | 1159 |

Fonte: <http://www.ibge.gov.br>

cursos. Este desvendamento necessitará da revisão da história republicana e do enfrentamento de interesses que buscam a sua legitimidade ocultando a efetiva estruturação sociocultural do poder local.

O ocultamento das dimensões social e cultural do poder reflete a submissão da análise a necessidades imediatas da administração. Desaparece, com mais esta redução, a oportunidade para que se compreenda o convívio, que marca a história recente do País, entre a condução hipermoderna de políticas públicas e a sobrevivência de oligarquias, fortemente enraizadas no tecido social dos lugares.

Por outro lado, a falta de análise da estruturação do poder local amplia as dificuldades que cercam o desvendamento de um novo modelo cívico, (Santos, 1987): um modelo que expresse o enfrentamento do desafio representado pelas desigualdades socioterritoriais e em formas de acesso ao sistema político. A associação imediata entre poder local e administração municipal é impeditiva, por fim, da

NÚMERO DE VEREADORES E FIXAÇÃO DE SUBSÍDIO

O número de vereadores é fixado pela Câmara segundo proporcionalidade estabelecida na Lei Orgânica Municipal. A tabela para a fixação da proporcionalidade populacional está no art. 29, inciso IV da Constituição:

| Município com população de | Número de vereadores | |
|------------------------------------|----------------------|--------|
| | Mínimo | Máximo |
| A Até 1 milhão de habitantes | 9 | 21 |
| B Até 5 milhões de habitantes | 33 | 41 |
| C Acima de 5 milhões de habitantes | 42 | 55 |

O elogio ao local, sem análise de contexto, pode se transformar em apoio à auto-segregação dos mais favorecidos; daqueles que, pela criação de novos municípios e pelo discurso democrático-localista, pretendem usufruir de condições excepcionais de vida e do acesso privado a recursos, inclusive naturais

observação crítica do domínio de municípios por forças externas ao lugar.

Aceita-se, com facilidade, uma espécie de *inocência do local*, talvez ainda sob a influência dos malefícios de correntes do planejamento centralizado. Essa ‘inocência’, construída por discursos que reificam o quotidiano e que realizam o elogio das forças locais (ou ditas locais), favorece a manutenção de alianças políticas cuja natureza permanece, em grande parte, inquestionada. Estranham esta postulada ‘inocência’ aqueles que desconfiam da boa qualidade dos contatos primários, por vezes tão cruéis, excludentes ou subalternizantes.

A insinuada benignidade do local produz ainda espanto quando observa-

se a criação irresponsável de municípios, tão intensa na última década, (Adorno, 2000) e a existência de municípios que nada mais são do que territórios de empresas (Piquet, 1998). Ainda caberia dizer que o elogio ao local, quando realizado sem cuidado, favorece a implementação de políticas que buscam resguardar o lugar para os seus habitantes, por meio de práticas socialmente excludentes, (Davidovich, 1993). Aliás, os exemplos norte-americano e europeu também precisariam ser examinados deste viés interpretativo.

O elogio ao local, sem análise de contexto, pode se transformar em apoio à auto-segregação dos mais favorecidos; daqueles que, pela criação de novos municípios e pelo discurso democrático-localista, pretendem usufruir de condições excepcionais de vida e do acesso privativo a recursos, inclusive naturais. Bastaria lembrar, neste sentido, a tentativa de criação do município da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, na década de 1980. (Ribeiro, 1990)

Na verdade, a questão do poder local envolve e excede os temas da descentralização administrativa e da democratização da administração municipal. Estes temas constituem, sem dúvida, uma das faces mais relevantes da democracia, a mais expressiva do reordenamento do pacto federativo e

da necessidade de bom uso dos recursos públicos. Expressa, ainda, o esgotamento da adesão social às políticas conduzidas com exclusividade pelo Estado e implementadas, de forma privilegiada, pelo governo federal. Porém, insistimos, esta face não esgota a questão do poder local, muito pelo contrário. ■

Ana Clara Torres Ribeiro, socióloga, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR) da UFRJ, presidente do Conselho Deliberativo da FASE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, L.F.M. 2000. *Gestão competitiva, estratégia regional e o Tocantins*. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências/UFRJ.
- DAVIDOVICH, F. 1993. “Redutos de classe média, uma interpretação acerca da urbanização no Brasil”. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Ano VII, N.3.
- MACIEL, M.L. 1999. “As rationalidades do capitalismo contemporâneo” In Jessé de Souza (org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*, Brasília, Editora UnB.
- NOVAIS, P. de. 1999. “Uma crítica ao conceito de espaço no planejamento estratégico”, Salvador, VIII Colóquio Internacional sobre o Poder Local, Escola de Administração/UFBA.
- PIQUET, R. 1998. *Cidade – empresa: presença na paisagem urbana brasileira*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- RIBEIRO, C.T. 1990. “Da questão urbana ao poder local: o caso da Barra da Tijuca”. Tese de Mestrado, IPPUR/UFRJ.
- SANTOS, M. 1987. *O espaço do cidadão*, São Paulo, Nobel.
- SILVA, A. C. 1986. “As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico” In Milton Santos e Maria Adélia de Souza (org.) – *O espaço interdisciplinar*, São Paulo, Nobel.
- WERNECK VIANNA, L. 1999. “Weber e a interpretação do Brasil” In Jessé de Souza (org.) – *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*, Brasília, Editora UnB.

Municipalismo parlamentarista

Dom Mauro Morelli

Da coletiva indignação do povo contra o despudor corrupto envolvente ao fracasso dos projetos "salvadores", na oportunidade destas eleições municipais, cabe evoluir para a dignidade de todos, fundamentada em propostas coletivas e em ações governamentais colegiadas; a Nação sobreposta ao Estado, mutirão para erradicar a miséria – um novo pacto

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida surgiu como proposta de renovação da sociedade brasileira por meio da solidariedade, de ações descentralizadas e de parcerias. A vitalidade da campanha contra a fome – assim por muitos denominada – brotava da espontaneidade e da autonomia dos grupos e comitês que aos milhares inundaram o Brasil de esperança. Pequenos empreendimentos surgiram como resultado de parcerias. Por exemplo, em faixas de terras margeando as represas de Furnas, grupos comunitários colheram algumas toneladas de arroz.

Fruto da indignação do povo contra o despudor da corrupção tomando de assalto a própria cadeira presidencial, o combate à fome sempre foi um exercício de cidadania para afirmar o direito dos famintos à vida. Vivendo intensamente a solidariedade que liberta do ceticismo e do cinismo, considera-se a fome uma questão política de primeira grandeza e como tal devendo ser tratada. Portanto, assegurar a segurança alimentar e nutricional de seu povo é considerado responsabilidade do governante e uma das primeiras razões da constituição do próprio Estado.

PARCERIAS E ELEIÇÕES

A Ação da Cidadania empreende parcerias com os governantes para definir políticas públicas e discutir dotações orçamentárias que concretizem o

atendimento ao direito básico à alimentação. Vai-se arraigando a convicção de que os melhores governos sem a parceria da sociedade não atendem às necessidades dos mais fracos e dificilmente escapam das seduções da corrupção e das garras e artimanhas da burocracia. Com a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994, a Ação da Cidadania insiste que fome e miséria são produtos de um modelo de desenvolvimento predador e excluente.

Propõe-se, então, um novo modelo de desenvolvimento que possa garantir alimento de qualidade e quantidade suficiente para a nutrição das pessoas e o fortalecimento dos vínculos sociais. Gratidão e respeito à generosidade e aos limites da natureza fundamentam a noção de sustentabilidade, uma exigência do desenvolvimento comprometido com o futuro do planeta e a cidadania do povo.

Valorização da agricultura familiar ou do pequeno agricultor torna-se uma diretriz voltada tanto à eficiência na produção de alimentos para a mesa do povo, quanto à necessidade de criar oportunidades novas de trabalho e consequente geração de renda. Sem renda o acesso aos alimentos torna-se inviável.

O contexto socioeconômico oferece base racional para as decisões da cidadania e de seus governantes, mas os valores maiores da preservação da natureza e da vida com qualidade,

dignidade e esperança determinam a supremacia da ética sobre a política e a economia. Pensar de forma global, agir de forma local, torna-se uma máxima que revela compreensão do mistério da pessoa humana e de sua vocação; a afirmação da pessoa chamada a viver em diálogo e em comunhão com o semelhante e a natureza.

No contexto da grave crise que o País atravessa e no limiar de um novo milênio, a realização de eleições municipais proporciona ocasião abençoadas de reflexão e discussão sobre novos rumos para a estruturação política do Estado brasileiro e novas diretrizes para o desenvolvimento do País.

PACTO NACIONAL

A frustração da população com seus governantes maiores e os desencontros das comemorações dos últimos 500 anos da história deste quase continente revelam a urgência de um pacto social alicerçado no reconhecimento da igualdade de direitos e de oportunidades de todos os povos, indivíduos e segmentos que habitam o território que hoje se chama Brasil.

Com facilidade se comprova que o Estado brasileiro jamais foi constituído por uma nação ou pelos povos que aqui habitavam há vários milênios. O Brasil jamais foi constituído para garantir e promover a cidadania de todo o povo. Sempre vinculado e dependente de poderes econômicos com sede fora de suas fronteiras, o Estado brasileiro tem leis e orçamento para garantir excelente qualidade de vida para cerca de 30% do povo. O restante da população jamais teve acesso a seus

direitos básicos e ao patamar da cidadania.

A gangrena da corrupção e o banimento da ética da vida pública causam indignação e provocam a cidadania. O quadro de retração econômica, a amplidão da exclusão social, os graves danos ao meio ambiente e os desmandos da política desafiam-nos a:

- pensar em uma nova fundação do Estado brasileiro;
- pensar o Brasil no contexto da globalização da comunicação e do intercâmbio de necessidades e de riquezas;
- pensar o Brasil como parte expressiva do planeta Terra, guardião e responsável por riquezas naturais de vital importância para a sobrevivência da humanidade e para o ecossistema do próprio planeta;
- pensar o Brasil parceiro da história e solidário com os povos do mundo,



O Brasil precisa se encontrar consigo mesmo, o que se dará pela vontade direta de seus cidadãos

AJB/Luis Alvarenga

jamais como apêndice ou subordinado a poderes que negam e ferem a igualdade fundamental dos seres humanos e o direito comum a cada criança de ter vida com qualidade, dignidade e esperança.

Esta proposta se fundamenta nas bases do País, não deposita esperança nas cúpulas do poder e do prestígio. o Brasil com suas riquezas naturais e, acima de tudo, com o rico pluralismo de seu povo. Uma proposta que atende às dimensões do gigante em tamanho e vocação. Uma proposta radicalmente descentralizadora, mas profundamente comprometida com a solidariedade e com a unidade no pluralismo.

Uma afirmação incontestável da soberania da Nação sobre o Estado, segundo a sabedoria política de Frei Caneca: *A Nação é quem se constitui; isto é, quem escolhe a forma de gover-*

Vivendo intensamente a solidariedade que liberta do ceticismo e do cinismo, considera-se a fome uma questão política de primeira grandeza e como tal deve ser tratada

no, quem distribui esta suma autoridade em partes, que bem lhe parece, e com as relações mais adequadas ao seu aumento, segurança de sua liberdade política e sua felicidade.

Somente a Nação soberana e livre pode criar e constituir um Estado que promova o bem comum, determinando a forma de governo que melhor convenha à sua realização na justiça e na solidariedade. O pacto social é um acordo de convivência comprometido com a igualdade das partes e com a eliminação das desigualdades entre pessoas e regiões do País.

Assim como em 1985, na pregação do Movimento Nacional Constituinte, desejo reafirmar minha profunda convicção de que o Brasil precisa se encontrar consigo mesmo, recuperar a dignidade perdida e fazer justiça a seu povo. Isto não será feito por concessão ou outorga, mas pela vontade direta de seus cidadãos.

Não creio que encontraremos outra saída, digna e justa, para o descalabro social e para o saneamento radical de tudo quanto atenta contra a sabedoria, a vida e a dignidade dos povos do Brasil, a não ser a devolução incondicional à Nação daquilo que lhe pertence como direito único e originário: a sua Soberania sobre o Estado e o governo.

Somente uma Assembléia Nacional Constituinte, com mandato exclusivo para definir o Pacto Social, reordenar o Estado e dispor sobre as formas de governo, poderá encontrar o caminho da superação da violência e da corrupção. Somente a Nação será capaz de definir o modelo de desenvolvimento

que respeite o meio ambiente e produza as condições de vida que exalte a dignidade humana e a cidadania.

SEM HERÓIS E SALVADORES

Como contribuição ao debate necessário, retomo algumas proposições por mim defendidas, ao longo dos anos, em encontros e momentos fortes dos movimentos sociais e políticos. Dispensando heróis e salvadores da pátria, tendo o município como a unidade política básica, defendo a forma colegiada de governo e o regime parlamentar para definir caminhos e coordenar as opções da Nação.

Com os recursos tecnológicos já disponíveis faremos reserva do direito de decisão, cabendo a cada cidadão de forma livre e diária manifestar sua vontade pelo voto pessoal e intransferível. Aderindo a uma rede de salas de cidadania e de câmaras setoriais, os cidadãos poderão participar das discussões e encaminhamentos dos projetos locais, regionais ou nacionais.

De fundamental importância para os objetivos da cidadania será a aprovação do orçamento em seus vários níveis de execução. Uma coerente revisão de atribuições exigirá uma radical reforma da arrecadação dos tributos, sua destinação e aplicação. Em minha proposta, 45% de toda a arrecadação ficaria no município, 20% na região, 20% destinados à coordenação nacional e relações exteriores e 15% para um Fundo Nacional de Solidariedade para programas de combate às desigualdades entre regiões. Caberá ao parlamento, em seus vários níveis, coordenar a discussão e a decisão das

diretrizes e medidas que se fazem necessárias à vida do País, da região ou do município.

A formação do funcionalismo público, em ritmo permanente, será decisiva para o funcionamento das instituições segundo padrões éticos e administrativos que atendam aos reclamos da cidadania com probidade e eficiência. Quadros gerenciais deverão ser formados para superar a descontinuidade e os entraves da burocracia.

A erradicação da miséria exigirá um grande mutirão de solidariedade. Em substituição ao serviço militar obrigatório, rapazes e moças serão convocados para dois anos de serviço social solidário que lhes permita crescer em humanidade e cidadania. O Pacto Social deverá ter provisões especiais sobre as terras indígenas e a cidadania das Comunidades Indígenas.

Garantias constitucionais e mecanismos adequados salvaguardarão os pilares da cidadania: igualdade e participação. Isto significa que estarão assegurados e avaliados periodicamente: o atendimento das necessidades básicas, o acesso ao controle dos meios de produção e o controle social dos meios de informação e comunicação.

Dom Mauro Morelli é bispo diocesano de Duque de Caxias e S. J. de Meriti, RJ.

Constituição e poder municipal

Cláudio Pereira de Souza Neto

O municipalismo mereceu destaque no texto constitucional de 1988. De um lado se pretendeu dar às camadas populares acesso ao poder e, de outro, aproximar os governantes dos governados. O Autor analisa juridicamente essas intenções da "Constituição Cidadã"

O advento da Constituição de 1988 marcou o início de uma nova era para o município brasileiro. A Assembléia Nacional Constituinte foi atingida por um intenso discurso municipalista, que propugnava pela reestruturação da Federação Brasileira de modo a que se concedessem maiores poderes aos entes municipais. Essa tendência foi bem sucedida: o texto constitucional é consideravelmente municipalista, fazendo com que o Brasil seja pioneiro no reconhecimento do município como ente federativo.

DESCENTRALIZAÇÃO DO PODER

O pensamento municipalista possui duas grandes fontes de inspiração: a tradição liberal e a tradição democrática. Estreitamente vinculada ao ideário liberal de limitação e moderação do poder governamental estão as noções de descentralização, separação e distribuição territorial do poder. Para o liberalismo político, é fundamental que o poder não seja exercido de forma centralizada. Não é por menos que essa vertente do pensamento político moderno surgiu, na obra de autores como John Locke, como crítica à centralização do poder estatal, que tinha lugar durante o período absolutista. Era necessário descentralizar o poder, pois isso evitaria que o autoritarismo de um governante levasse à opressão total do indivíduo. Com a separação dos poderes, o poder não seria exercido por apenas um agente político, mas por vários; e os demais agentes políticos poderiam conter os arroubos do governante autoritário. O argumento vale tanto para a separação orgânica do poder (legislativo, executivo e judiciário), quanto para a separação territorial (união, estados e municípios), que ora é objeto de análise.

A outra grande fonte de inspiração da proposta municipalista é a tradição democrática, que atualmente passa por uma guinada de cunho participativo. Segundo essa perspectiva, o incremento do poder político local permite um maior acesso da população às decisões

públicas. O cidadão, em especial nas cidades menores, de modo geral tem um acesso muito mais direto ao prefeito, aos secretários e aos vereadores; pode fazer com que suas reivindicações sejam ouvidas e pode controlar de forma mais efetiva a regularidade ética e política das ações governamentais. Além disso, começam a ter lugar na administração pública brasileira novas formas de participação direta da população no processo decisório. É o caso, sobretudo, do orçamento participativo, que permite a participação popular na definição das prioridades governamentais, bem como na alocação dos recursos destinados ao âmbito territorial em que se situa o fórum participativo.

O importante é perceber que tais tendências mantêm um vínculo necessário com o processo de incremento do poder local. Desde o advento da *polis* grega, passando pela obra de Rousseau, se tem acentuado que a democracia direta só é viável em pequenas localidades, de modo que toda a população local possa efetivamente comparecer à praça pública e emitir sua opinião. As dimensões do estado moderno, no entanto, encaminharam a teoria democrática no sentido da representação política. Contudo, se a democracia representativa possibilitou pensarmos a democracia em grandes extensões territoriais, por outro lado, fez com que os governantes se distanciassem cada vez mais dos governa-

dos. Como radicalização desse processo de afastamento, autores tais quais Shumpeter e Macpherson caracterizam os sistemas eleitorais em vigor no mundo ocidental contemporâneo como meros mecanismos para autorizar governos, para que estes pudessem tomar as decisões políticas sem qualquer compromisso com a vontade popular. Ou seja: a população, durante as eleições, passa aos políticos uma espécie de procuração através da qual lhes transmite plenos poderes para gerir o estado como bem entenderem. A guidance participativa da teoria democrática contemporânea tem em vista justamente solucionar este tipo de contradição, fazendo com que o processo decisório se reaproxime do ideal democrático de autonomia pública. Daí a convergência entre democracia participativa e municipalismo: com o incremento do poder local, propostas tais quais a do orçamento participativo podem se viabilizar.

MUNICÍPIOS TAMBÉM FEDERADOS: AUTONOMIAS

Na Constituição Federal de 1988, o ideário municipalista se manifestou na forma de um novo pacto federativo, que atribui também aos municípios a natureza de entes federados, ao lado dos estados e da União. Isso ocorreu com base na concessão de autonomia para os municípios. Essa autonomia municipal se manifesta basicamente de quatro formas: autonomia *política*,

O ideário municipalista se manifestou na forma de um novo pacto federativo que atribui também aos municípios a natureza de entes federados

autonomia *normativo-administrativa* e autonomia *financeira*. Em seu conjunto, essas formas de autonomia permitem que a municipalidade seja gerida de maneira efetivamente independente dos governos estadual e federal, e que o ideal liberal-democrático de descentralização seja realizado.

A autonomia *política* se implementa através de duas capacidades básicas: a capacidade de autogoverno e a capacidade de auto-organização. A capacidade de autogoverno consiste na prerrogativa do município eleger o Prefeito e os Vereadores. Atualmente, não se concebe mais a possibilidade de prefeitos nomeados pelo governador de estado, como ocorria no passado em relação aos prefeitos das capitais. Já a capacidade de auto-organização diz respeito ao fato de que, a partir da Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a deter a competência de elaborar a própria lei orgânica municipal, que corresponde à constituição do município, em que são estabelecidas as normas segundo as quais será exercido o poder político municipal: as leis orgânicas definem, por

exemplo, as regras relativas ao processo legislativo. A possibilidade de elaborar sua lei orgânica também contribuiu em muito para que o município deixasse de estar submetido à interferência do governo estadual, já que, anteriormente, era a constituição do estado-membro dentro do qual se localizava o município que estabelecia as normas mencionadas, quando não cabia ao estado a própria elaboração das leis orgânicas. Obviamente, essas prerrogativas são essenciais para a garantia da autonomia do município, que antes, naqueles casos, se encontrava substancialmente submetido ao poder público estadual.

No mesmo sentido, tem lugar a capacidade municipal de elaborar leis dentro das competências estabelecidas pela Constituição Federal, que consubstancia a noção de autonomia *normativo-administrativa*. Nesta seara, pode o município legislar exclusivamente sobre os assuntos de interesse local, bem como complementar as legislações federal e estadual nas matérias de competência concorrente, como saúde, educação, meio ambiente etc. De modo semelhante, o município possui a capacidade de auto-administração, segundo a qual cabe à municipalidade criar e extinguir órgãos, cargos e secretarias, bem como nomear e exonerar seus ocupantes, sem que o estado tenha qualquer interferência nisso.

Para viabilizar o exercício inde-

pendente dessas prerrogativas e atribuições, concedeu-se ao município também a autonomia *financeira*. Esta se concretiza no poder do município para instituir, por intermédio de lei, os tributos de sua competência (IPTU, ITBI e ISS). É pela arrecadação desses tributos que o município obterá grande parte de sua receita. É certo que o município conta também com o repasse de parcela dos tributos federais e estaduais arrecadados em seu território. Assim, por exemplo, o município receberá 25% do ICMS, de competência estadual. No entanto, a situação é bastante diferente do que ocorre em outros sistemas, em que os municípios não são considerados entes federados, detentores de autonomia. Nessas sistemas, a arrecadação de todos os tributos é centralizada na União, ou distribuída entre União e estados, e os municípios auferem somente repasses, não detendo competência tributária.

No Brasil, essa foi a situação do município durante bastante tempo, e os prefeitos se viam na contingência de permanentemente estar solicitando ao governador de estado o repasse dos montantes que lhes eram devidos. Isso, evidentemente, deixava os prefeitos em uma situação de submissão, que não mais se verifica em nossos dias. A Constituição Federal de 1988 também foi bastante generosa com os municípios no tocante à tributação, fazendo com que os mesmos passassem a ter uma participação bem mais acentuada

A tradição democrática atualmente passa por uma guinada de cunho participativo

MUNICÍPIOS INSTALADOS

| ANO | NÚMERO | ALTERAÇÃO |
|-------------|--------|-----------|
| 1957 | 2.468 | - |
| 1958 | 2.631 | 163 |
| 1959 | 2.763 | 132 |
| 1960 | 2.865 | 102 |
| 1961 | 2.910 | 45 |
| 1962 | 3.554 | 644 |
| 1963 | 4.235 | 681 |
| 1964 | 4.114 | -121 |
| 1965 | 3.957 | -157 |
| 1966 | 3.965 | 8 |
| 1967 | 3.940 | -25 |
| 1968 - 1975 | 3.951 | 0 |
| 1976 | 3.974 | 23 |
| 1977-1981 | 3.974 | 0 |
| 1982 | 4.016 | 42 |
| 1983 | 4.103 | 87 |
| 1984 | 4.090 | -13 |
| 1985 | 4.108 | 18 |
| 1986 | 4.176 | 68 |
| 1987 | 4.180 | 4 |
| 1988 | 4.180 | 0 |
| 1989 | 4.428 | 248 |
| 1990 | 4.491 | 63 |
| 1991-1996 | 4.491 | 0 |
| 1997 | 5.507 | 533 |
| 1998 | 5.507 | 0 |
| 1999 | 5.507 | 0 |

nas receitas públicas brasileiras. É notório que os municípios, de modo geral, somente passaram a gozar de saúde financeira após o advento da Carta de 1988. Antes disso, alguns municípios chegaram até mesmo à falência, como foi o caso do Município do Rio de Janeiro.

Assim é que o poder local passa finalmente a ocupar um lugar mais apropriado na organização do Estado brasileiro. Cumpre notar que, apesar do discurso municipalista ter ganho força nas duas últimas décadas, sua história já é longa e, mesmo no Brasil, onde, do ponto de vista formal, o Estado surgiu de forma centralizada, corresponde a anseios de descentralização que remontam aos primeiros núcleos urbanos autônomos, surgidos ainda no período colonial. O que se espera é que esta tendência seja mantida, no sentido de permitir que o Estado Democrático de Direito se aperfeiçoe na direção de uma democracia mais substancial — com o que o município pode certamente contribuir.

Cláudio Pereira de Souza Neto, advogado e Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado.

Índice de Tempo e Presença

1999

Autores

ADORNO, Sergio. *Violência e percepções coletivas*. 21(306): jul./ago. 25-28.

AFONSO, Carlos A. *Internet e acesso universal*. 21(304): mar./abr. 14-16.

ALTMANN, Walter. *Dívida externa e Jubileu: uma reflexão teológica*. 21(303): jan./fev. 26-28.

ALVES, Rubem. *Os filhos vão à escola*. 21(303): jan./fev. 49-50.

_____. *Quem sou?* 21(304): mar./abr. 40-41.

_____. *O padre Marcelo*. 21(305): mai./jun. 45-46.

_____. *Sobre o otimismo e a esperança*. 21(306): jul./ago. 37-38.

_____. *Dor-de-idéia? Tome filosofia uma vez por dia...* 21(307): set./out. 41-42.

_____. *... para quem será?* 21(308): Nov./dez. 41-42.

ARAÚJO, Inesita. *Tempo de globalizar, tempo de negociar*. 21(304): mar./abr. 10-13.

ARRUDA, Marcos. *Acordo com FMI: tudo para o capital, migalhas para o social*. 21(303): jan./fev. 15-18.

ARRUTI, Jose Mauricio. *Propriedade ou território?* 21(307): set./out. 10-13.

BOTAS, Paulo Cesar Loureiro. *Frei Tito de Alencar Lima OP: plenamente cristão*. 21(304): mar./abr. 42.

_____. *Brasil, mostra a tua cara*. 21(305): mai./jun. 20-22.

CATÃO, Francisco. *Deus e os desempregados*. 21(304): mar./abr. 30-32.

_____. *Ação cristã pela democracia, e tolerância*. 21(308): nov./dez. 7-11.

CMI. *Dívida externa — proclamação do movimento ecumônico: "um apelo para pôr fim ao jugo da dívida que opõe os povos empobrecidos"*. 21(303): jan./fev. 42-44.

COSTA, Helena. *Duas décadas de Brasil: destaques*. 21(305): mai./jun. 31-37.

_____. *Já são 500 mil!* 21(304): mar./abr. 36-37.

CUNHA, Carlos. *Presença em nosso tempo*. 21(303): jan./fev. 51

_____. *Grito solitário-solidário*. 21(304): mar./abr. 38-9.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Tempo de começar de novo: a Campanha Jubileu*

2000: uma iniciativa ecumônica de responsabilidade e solidariedade. 21(303): jan./fev. 36-41.

DANTAS, Grace. *Transgênicos — O que vamos comer no futuro?* 21(307): set./out. 29-32.

DELGADO, Guilherme C. *A dívida pública e o mundo da vida*. 21(303): jan./fev. 19-21.

DIAS, Zwinglio M. *De Oaxtepec a IURD: as mutações do protestantismo latino-americano*. 21(305): mai./jun. 16-19.

FERREIRA, Quitéria; SOUZA, Rita de Cássia de; IULIANELLI, Jorge Atílio S. *O movimento sindical rural sai jogando*. 21(308): nov./dez. 38-40.

FLEURY, Paulo Jorge dos Santos. *Transformações e qualificação*. 21(306): mai./jun. 13-16.

GONÇALVES, Reinaldo. *Dívida externa e condicionamentos positivos*. 21(303): jan./fev. 22-25.

HOORNAERT, Eduardo. *Dom Helder, um bispo diferente*. 21(304): mar./abr. 33-35.

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. *Narcotráfico e violência no campo*. 21(308): nov./dez. 23-25.

_____. SOUZA, Rita de Cássia de; FERREIRA, Quitéria. *O movimento sindical rural sai jogando*. 21(308): nov./dez. 38-40.

LEITE, Gabriela Silva. *Cidadania e profissionais do sexo*. 21(305): mai./jun. 25-27.

_____. *Carnaval, preconceito, resistência*. 21(308): nov./dez. 30-32.

LEROY, Jean-Pierre. *Por uma consciência ecológica*. 21(305): mai./jun. 23-24.

LIMA, Ari. *O lúdico e o político no carnaval da Bahia*. 21(306): jul./ago. 31-33.

MACEDO, Aroldo. *Olá, como vai? Sou humano, e você, tudo bem?* 21(304): mar./abr. 17-19.

MARASCHIN, Jaci. *Em busca de nova humanidade*. 21(304): mar./abr. 7-9.

MARTINS, Antonio. *"Rodada" ou rouba-dada do Milênio?* 21(307): set./out. 33-35.

MATEUS, Odair Pedroso. *O trabalho como vocação*. 21(306): jul./ago. 23-24.

MENDES, Raimundo J. B. Teixeira. *Ética e direito do trabalho*. 21(306): jul./ago. 17-19.

MENEZES, Lais. *Desenvolvimento econômico e meio ambiente*. 21(307): set./out. 17-20.

MINEIRO, Adhemar S. *Estratégia de resistência*. 21(306): jul./ago. 20-22.

MORELLI, Mauro. *Pão e cidadania*. 21(307): set./out. 26-28.

_____. *De Puebla ao padre Marcelo: Garizim ou Jerusalém*. 21(305): mai./jun. 13-15.

NOVAES, Jose Roberto. *Trabalho infanto-juvenil*. 21(307): set./out. 21-24.

NUNES, Célia. *A ambígua sociedade do trabalho*. 21(306): mai./jun. 7-9.

PADILHA, Anivaldo. *Igrejas em missão — Aids*. 21(308): nov./dez. 33-35.

PINAUD, João Luiz Duboc. *Anistia, prêmio e castigo*. 21(305): mai./jun. 7-9.

PINTO, Almir Pazzianotto. *A ética da economia*. 21(306): mai./jun. 10-12.

PIRES, Marcelo. *Pelo amor de Deus, atletas, deixem Cristo em paz*. 21(306): jul./ago. 29-30.

POLLETO, Ivo. *Terra e vida*. 21(307): set./out. 7-9.

RAMALHO, Jether Pereira. *Apesar de diferenças, permanecemos juntos*. 21(303): jan./fev. 45-8.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Narcotráfico e campesinato*. 21(308): nov./dez. 19-22.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornais: memória ou amnésia?* 21(305): mai./jun. 28-30.

ROTHE, Rosa Marga. *Segurança pública em discussão*. 21(308): nov./dez. 26-29.

SADER, Emir. *É preciso*. 21(308): nov./dez. 36-37.

SAMPAIO, Plínio Arruda. *Dez anos de eleições diretas para presidente*. 21(305): mai./jun. 10-12.

SERRA, Ordep. *Árvores, casas e pedras se multiplicam*. 21(308): nov./dez. 12-14.

SOARES, Mario. *Ninguém pode ignorar o nascimento de uma nação*. 21(306): jul./ago. 34-36.

SOUZA, Marcelo Gustavo de. *Entre a igualdade e a diferença*. 21(307): set./out. 36-38.

SOUZA, Rita de Cássia de; IULIANELLI, Jorge Atílio S.; FERREIRA, Quitéria. *O movimento sindical rural sai jogando*. 21(308): nov./dez. 38-40.

SUPLICY, Marta. *Mulheres e poder*. 21(305): mai./jun. 41-44.

VIANNA, Aurélio. *Por uma sociedade democrática*. 21(308): nov./dez. 15-18.

ZAIKAN FILHO, Michel. *O futuro do trabalho*. 21(307): set./out. 25.

Temas

COMUNICAÇÃO

- AFONSO, Carlos A. *Internet e acesso universal*. 21(304): mar./abr. 14-16.
RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornais: memória ou amnésia?* 21(305): mai./jun. 28-30.

DEMOCRACIA

- CATÃO, Francisco. *Ação cristã pela democracia, e tolerância*. 21(308): nov./dez. 7-11.
COSTA, Helena. *Já são 500 mil!* 21(304): mar./abr. 6-37.
COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ. *Contra a corrupção eleitoral*. 21(307): set./out. 39-40.
LEITE, Gabriela Silva. *Cidadania e profissionais do sexo*. 21(305): mai./jun. 25-27.
MORELLI, Mauro. *Pão e cidadania*. 21(307): set./out. 26-28.
VIANNA, Aurélio. *Por uma sociedade democrática*. 21(308): nov./dez. 15-18.

DÍVIDA EXTERNA

- ALTMANN, Walter. *Dívida externa e Jubileu: uma reflexão teológica*. 21(303): jan./fev. 26-28.
ARRUDA, Marcos. *Acordo com FMI: tudo para o capital, migalhas para o social*. 21(303): jan./fev. 15-18.
CMI. *Dívida externa — proclamação do movimento ecumônico: "um apelo para pôr fim ao jugo da dívida que opprime os povos empobrecidos"*. 21(303): jan./fev. 42-44.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Tempo de começar de novo: a Campanha Jubileu 2000: uma iniciativa ecumônica de responsabilidade e solidariedade*. 21(303): jan./fev. 36-41.

DELGADO, Guilherme C. *A dívida pública e o mundo da vida*. 21(303): jan./fev. 19-21.

GONCALVES, Reinaldo. *Dívida externa e condicionamentos positivos*. 21(303): jan./fev. 22-25.

SEMANA SOCIAL BRASILEIRA (3.: Brasília, 1998). *As raízes das dívidas sociais*. 21(303): jan./fev. 10-4.

SEMANA SOCIAL BRASILEIRA (3.: Brasília, 1998). *Simpósio aponta caminhos para enfrentar a dívida*. 21(303): jan./fev. 29-35.

TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA. *Manifesto do Tribunal da Dívida Externa*. 21(303): jan./fev. 52.

TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA. *Veredito*. 21(304): mar./abr. 26-29.

EDUCAÇÃO

- ALVES, Rubem. *Os filhos vão à escola*. 21(303): jan./fev. 49-50.
SOUZA, Marcelo Gustavo de. *Entre a igualdade e a diferença*. 21(307): set./out. 36-38.

ECUMENISMO

UM NOVO SÉCULO ecumônico-civilizatório. 21(305): mai./jun. 6.

KOINONIA: *cinco anos bem vividos*. 21(306): jul./ago. 6.

CATÃO, Francisco. *Ação cristã pela democracia, e tolerância*. 21(308): nov./dez. 7-11.

CMI. *Dívida externa — proclamação do movimento ecumônico: "um apelo para pôr fim ao jugo da dívida que opprime os povos empobrecidos"*. 21(303): jan./fev. 42-44.

PADILHA, Anivaldo. *Igrejas em missão — Aids*. 21(308): nov./dez. 33-35.

RAMALHO, Jether Pereira. *Apesar de diferenças, permanecemos juntos*. 21(303): jan./fev. 45-8.

FILOSOFIA

ALVES, Rubem. *Os filhos vão à escola*. 21(303): jan./fev. 49-50.

_____. *Quem sou?* 21(304): mar./abr. 40-41.

_____. *O padre Marcelo*. 21(305): mai./jun. 45-46.

_____. *Sobre o otimismo e a esperança*. 21(306): jul./ago. 37-38.

_____. *Dor-de-idéia? Tome filosofia uma vez por dia...* 21(307): set./out. 41-42.

_____. *"... para quem será?"* 21(308): Nov./dez. 41-42.

CATÃO, Francisco. *Ação cristã pela democracia, e tolerância*. 21(308): nov./dez. 7-11.

CUNHA, Carlos. *Grito solitário-solidário*. 21(304): mar./abr. 38-9.

MARASCHIN, Jaci. *Em busca de nova humanidade*. 21(304): mar./abr. 7-9.

GLOBALIZAÇÃO

AFONSO, Carlos A. *Internet e acesso universal*. 21(304): mar./abr. 14-16.

ARAÚJO, Inesita. *Tempo de globalizar, tempo de negociar*. 21(304): mar./abr. 10-13.

ARRUDA, Marcos. *Acordo com FMI: tudo para o capital, migalhas para o social*. 21(303): jan./fev. 15-18.

MACEDO, Aroldo. *Olá, como vai? Sou humano, e você, tudo bem?* 21(304): mar./abr. 17-19.

MARASCHIN, Jaci. *Em busca de nova humanidade*. 21(304): mar./abr. 7-9.

MARTINS, Antonio. *"Rodada" ou rouba da Milênio?* 21(307): set./out. 33-35.

SOUZA, Marcelo Gustavo de. *Entre a igualdade e a diferença*. 21(307): set./out. 36-38.

IGREJAS

DIAS, Zwinglio M. *De Oaxtepec a IURD: as mutações do protestantismo latino-americano*. 21(305): mai./jun. 16-19.

PIRES, Marcelo. *Pelo amor de Deus, atletas, deixem Cristo em paz*. 21(306): jul./ago. 29-30.

SEMANA SOCIAL BRASILEIRA (3.: Brasília, 1998). *As raízes das dívidas sociais*. 21(303): jan./fev. 10-4.

SEMANA SOCIAL BRASILEIRA (3.: Brasília, 1998). *Simpósio aponta caminhos para enfrentar a dívida*. 21(303): jan./fev. 29-35.

KOINONIA

PROJETO ESPECIAL: *os guaranis no Mato Grosso do Sul*. 21(304): mar./abr. 6,

UM NOVO SÉCULO ecumônico-civilizatório. 21(305): mai./jun. 6.

KOINONIA: *cinco anos bem vividos*. 21(306): jul./ago. 6.

CUNHA, Carlos. *Presença em nosso tempo*. 21(303): jan./fev. 51

CUNHA, Carlos. *Grito solitário-solidário*. 21(304): mar./abr. 38-9.

PADILHA, Anivaldo. *Igrejas em missão — Aids*. 21(308): nov./dez. 33-35.

SOUZA, Rita de Cássia de; IULIANELLI, Jorge Atílio S.; FERREIRA, Quitéria. *O movimento sindical rural sai jogando*. 21(308): nov./dez. 38-40.

TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA. *Veredito*. 21(304): mar./abr. 26-29.

MÉIO AMBIENTE

- DANTAS, Grace. *Transgênicos — O que vamos comer no futuro?* 21(307): set./out. 29-32.
- LEROUX, Jean-Pierre. *Por uma consciência ecológica.* 21(305): mai./jun. 23-24.
- MENEZES, Lais. *Desenvolvimento econômico e meio ambiente.* 21(307): set./out. 17-20.

MEMÓRIA

- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *Brasil, mostra a tua cara.* 21(305): mai./jun. 20-22.
- COSTA, Helena. *Duas décadas de Brasil: destaque.* 21(305): mai./jun. 31-37.
- DIAS, Zwinglio M. *De Oaxtepec a IURD: as mutações do protestantismo latino-americano.* 21(305): mai./jun. 16-19.
- PINAUD, João Luiz Duboc. *Anistia, prêmio e castigo.* 21(305): mai./jun. 7-9.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Jornais: memória ou amnésia?* 21(305): mai./jun. 28-30.
- SAMPAIO, Plínio Arruda. *Dez anos de eleições diretas para presidente.* 21(305): mai./jun. 10-12.
- SEMANA SOCIAL BRASILEIRA (3.: Brasília, 1998). *As raízes das dívidas sociais.* 21(303): jan./fev. 10-4.

MILÉNIO

- AFONSO, Carlos A. *Internet e acesso universal.* 21(304): mar./abr. 14-16.
- ARAÚJO, Inesita. *Tempo de globalizar, tempo de negociar.* 21(304): mar./abr. 10-13.
- MACEDO, Aroldo. *Olá, como vai? Sou humano, e você, tudo bem?* 21(304): mar./abr. 17-19.
- MARASCHIN, Jaci. Em busca de nova humanidade. 21(304): mar./abr. 7-9.
- MARTINS, Antonio. *"Rodada" ou rouba da do Milênio?* 21(307): set./out. 33-35.

QUESTÃO AGRÁRIA

- PROJETO ESPECIAL: *os guaranis no Mato Grosso do Sul.* 21(304): mar./abr. 6.
- ARRUTI, José Maurício. *Propriedade ou território?* 21(307): set./out. 10-13.
- DOCUMENTO. *Campanha pela reforma agrária.* 21(307): set./out. 14-16.
- IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. *Narcotráfico e violência no campo.* 21(308): nov./dez. 23-25.
- RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Narcotráfico e campesinato.* 21(308): nov./dez. 19-22.

- SOUZA, Rita de Cássia de; IULIANELLI, Jorge Atílio S.; FERREIRA, Quitéria. *O movimento sindical rural sai jogando.* 21(308): nov./dez. 38-40.

TRABALHO E DESEMPREGO

- A DESVALORIZAÇÃO cambial sobre os trabalhadores. 21(303): jan./fev. 5-9.
- CATÃO, Francisco. *Deus e os desempregados.* 21(304): mar./abr. 30-32.
- FLEURY, Paulo Jorge dos Santos. *Transformações e qualificação.* 21(306): mai./jun. 13-16.
- MATEUS, Odair Pedroso. *O trabalho como vocação.* 21(306): jul./ago. 23-24.
- MENDES, Raimundo J. B. Teixeira. *Ética e direito do trabalho.* 21(306): jul./ago. 17-19.
- NOVAES, Jose Roberto. *Trabalho infanto-juvenil.* 21(307): set./out. 21-24.
- NUNES, Célia. *A ambígua sociedade do trabalho.* 21(306): mai./jun. 7-9.
- ZAIDAN FILHO, Michel. *O futuro do trabalho.* 21(307): set./out. 25.

SOLIDARIEDADE E RESISTÊNCIA

- PROJETO ESPECIAL: *os guaranis no Mato Grosso do Sul.* 21(304): mar./abr. 6.
- CONTRA A IUGOSLÁVIA, contra o mundo habitado. 21(304): mar./abr. 20-21.
- MANIFESTO dos juristas brasileiros. 21(304): mar./abr. 44.
- UM NOVO SÉCULO ecumônico-civilizatório. 21(305): mai./jun. 6.
- KOINONIA: cinco anos bem vividos. 21(306): jul./ago. 6.
- COSTA, Helena. *Duas décadas de Brasil: destaque.* 21(305): mai./jun. 31-37.
- LEITE, Gabriela Silva. *Carnaval, preconceito, resistência.* 21(308): nov./dez. 30-32.
- LEROUX, Jean-Pierre. *Por uma consciência ecológica.* 21(305): mai./jun. 23-24.
- LIMA, Ari. *O lúdico e o político no carnaval da Bahia.* 21(306): jul./ago. 31-33.
- MINEIRO, Adhemar S. *Estratégia de resistência.* 21(306): jul./ago. 20-22.
- PADILHA, Anivaldo. *Igrejas em missão — Aids.* 21(308): nov./dez. 33-35.
- SADER, Emir. *É preciso.* 21(308): nov./dez. 36-37.
- SOARES, Mario. *Ninguém pode ignorar o nascimento de uma nação.* 21(306): jul./ago. 34-36.
- SUPLICY, Marta. *Mulheres e poder.* 21(305): mai./jun. 41-44.

VIOLENCIA

- CONTRA A IUGOSLÁVIA, contra o mundo habitado. 21(304): mar./abr. 20-21.
- ADORNO, Sergio. *Violência e percepções coletivas.* 21(306): jul./ago. 25-28.
- IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. *Narcotráfico e violência no campo.* 21(308): nov./dez. 23-25.
- RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Narcotráfico e campesinato.* 21(308): nov./dez. 19-22.
- ROTHE, Rosa Marga. *Segurança pública em discussão.* 21(308): nov./dez. 26-29.
- SOARES, Mario. *Ninguém pode ignorar o nascimento de uma nação.* 21(306): jul./ago. 34-36.

A segurança do voto na urna eletrônica brasileira

Amilcar Brunazo Filho

Imprudência, precipitação, 'inocência' ou ignorância quanto aos riscos de fraudes levaram à adoção da urna eletrônica. A confiabilidade exigida por um processo eleitoral seja no voto tradicional, seja, muito mais, no voto eletrônico não foi levada a sério na discussão pelo meio acadêmico, ao contrário nem a auditoria nem testes foram permitidos. Segurança do voto em debate, um alerta

Segundo Ferreira, (1991), datam de 1892, na cidade de Lockport, Estados Unidos da América, as primeiras experiências de mecanização do voto pela adoção de *voting machines*, que eram máquinas mecânicas que incrementavam contadores de votos.

Com o advento da eletrônica as máquinas de votar também estão sendo adaptadas à nova tecnologia. O Brasil saiu na frente neste campo da informatização do voto e, em 1996, tornou-se o primeiro país a implantar o voto eletrônico em toda a sua extensão, isto é, desde a identificação do eleitor até o final da apuração e totalização dos votos, passando pelo próprio ato de votar.

Experiências com o voto eletrônico têm sido desenvolvidas em outros países, mesmo nos mais ricos e mais avançados tecnologicamente, mas até agora em nenhum deles foi implantado o voto eletrônico de forma completa como no Brasil.

Muitos entendem que este é um sinal da pujança e desenvolvimento da tecnologia de informação no Brasil. Sinais de ufanismo são visíveis nos textos da imprensa em geral e do próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quando tratam da urna eletrônica.

Mas a prudência e o bom senso recomendam que se pense com mais cuidado e profundidade sobre este fato: **Por que outros países, reconhecidamente mais capacitados técnica e fi-**

nanceiramente, ainda não implantaram o voto eletrônico de forma total e completa? Certamente não é por falta de domínio da tecnologia necessária. Muitas empresas internacionais dedicam recursos e esforços para desenvolver sistemas e equipamentos para o voto eletrônico, inclusive as grandes, como a IBM e a Bull.

Alguns movimentos civis pela adoção do voto eletrônico e até algumas Organizações Não-Governamentais onde se debate a conveniência e segurança do voto eletrônico têm sido criados em vários países, como se pode ver nos *sites* indicados no fim deste artigo.

Se a tecnologia está disponível, se existem recursos financeiros, se existem entidades a favor, então por que, no resto do mundo, o voto eletrônico tem resistido à informatização completa? Parece haver apenas uma resposta para este aparente paradoxo: **A questão da segurança do voto eletrônico ainda não foi resolvida de forma satisfatória.**

Este artigo propõe que o debate sobre a política de segurança do voto eletrônico seja trazido para as universidades brasileiras e que se dê início a ele com a análise da segurança do voto na urna eletrônica apresentada a seguir, onde são mostradas as falhas que a tornam insegura para o eleitor. A análise se refere especificamente à urna eletrônica utilizada nas eleições

de 1996 e 1998 e não a todo o processo de informatização do voto, o qual inclui a rede de totalização de resultados que não foi aqui abrangida.

No artigo destaca-se a relevância do problema da segurança do voto eletrônico, apresenta-se a legislação eleitoral pertinente e levanta-se o problema da garantia do *software* honesto. Em seguida apresentam-se as etapas de uma eleição, as falhas apontadas e as soluções propostas. Ao final se tecem considerações sobre o voto eletrônico em geral e apresenta-se a conclusão.

A RELEVÂNCIA DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DO VOTO

O voto eletrônico não deve ser entendido como uma simples espécie de pesquisa de opinião em que se pretenda estimar a vontade da maioria. Deve-se considerar que o conceito de eleição democrática é uma questão de profundo significado ontológico, inserido na milenar luta do homem pela construção de uma organização social mais justa, que defenda o homem comum contra o abuso dos poderosos, econômica e politicamente.

Conceitos e ritos como o voto universal, o voto secreto, a liberdade de imprensa e a liberdade de oposição foram desenvolvidos ao longo de séculos e conquistados a duras penas, visando garantir ao cidadão moderno defesas contra a concentração de poder nas mãos de poucos.

Por isso, no projeto de sistemas de voto eletrônico, é essencial considerar que existem enormes forças políticas e econômicas, nacionais e estrangeiras, interessadas em manipular e burlar o resultado de uma eleição. Subestimar a força econômica e conhecimento tecnológico de tais oponentes seria um grave erro num projeto de informatização do voto.

Assim, entende-se que no projeto

de sistemas de voto eletrônico a confiabilidade é um tópico que exige receber a maior prioridade possível, mesmo impondo aumento de custos e restrições à praticidade do sistema quando necessário. Não é uma boa política de segurança deixar abertas brechas nas defesas do sistema de voto eletrônico apenas a título de economia ou praticidade.

Segundo Camarão, (1997), secretário de informática do TSE, durante a qualificação das urnas eletrônicas de 1996 o tamanho da amostra de urnas a serem testadas era definido segundo critérios estatísticos normalmente aceitos na qualificação de equipamentos industriais. Mas equipamentos industriais normalmente não são alvo de ataque de fortes oponentes interessados em fraudá-los. Fica levantada a questão se a validação estatística é um bom critério a ser utilizado neste caso. Não seria este um caso para se testar o *software* em todas as urnas?

É necessário considerar que o oponente do voto eletrônico é econômica e tecnologicamente capaz e politicamente motivado, o que impõe que sejam criadas defesas fortes contra o acesso indevido e contra a adulteração dirigida de dados. E criar fortes defesas nem sempre é simples.

Por exemplo, a garantia da inviolabilidade do voto é um caso especialmente complexo. Em sistemas informatizados sempre existe a figura do superusuário que tem acesso a todos os dados do sistema, mas pelos princípios constitucionais **o acesso ao conteúdo do voto de um eleitor nunca deve ser possível por qualquer categoria de operador, programador ou superusuário do sistema**, nem durante e nem depois da votação! A Constituição não permite nem mesmo a um juiz eleitoral a quebra do sigilo do voto.

Este requisito remete ao problema de difícil solução que é a segurança do sistema contra ataques de agentes internos desonestos. Como impedir que programadores do sistema criem 'portas do fundo' e assim ganhem acesso ao conteúdo dos votos?

O voto eletrônico exige que a segurança contra agentes internos desonestos seja redobrada mas, devido ao seu caráter pessoal e psicológico, a abordagem da questão do agente interno desonesto entre os próprios projetistas do sistema é sempre delicada. Muitas vezes as partes exacerbam as reações emocionais (de desconfiança ou de indignação), o que acaba por retirar a objetividade do debate. Subestimar a possibilidade da fraude ser cometida por um grupo de projetistas e programadores mancomunados constitui falha grave na política de segurança adotada.

Às vésperas da eleição, em 23 de setembro de 1998, o secretário de informática do TSE falando sobre este problema declarou ao jornal *Folha de São Paulo* (Caderno Eleições, p. 5) o seguinte: ...*isso não significa que não vá haver tentativas de fraudes. Mas quem for tentar terá de subornar pelo menos uns 30*.

É bom considerar que a possibilidade de se fraudar a eleição **em todo o território nacional** subornando-se apenas "uns 30" não existia com a urna tradicional, quando com trinta elementos subornados, daria para se fraudar a apuração de apenas algumas urnas.

Dentro desta filosofia de segurança máxima, até mesmo contra seus projetistas e administradores, o voto eletrônico exige um esquema de segurança muito complexo. Esta é a grande barreira que tem impedido a adoção do voto eletrônico integral nos demais países do mundo.

Este tema é amplo e intrincado.

Tem sido discutido dentro da Internet, no Brasil, pelo *Fórum de debates do voto eletrônico* (<http://www.terra.com.br/~votoeletronico>) e, no exterior, por várias listas de debate, como a *NZ Electronic electoral trial list* (<http://www.terra.com.br/~votoeletronico>) da Nova Zelândia e a *Vote Site.com Mailing List* (<http://www.terra.com.br/~votoeletronico>) no estado da Califórnia, EUA.

Na Nova Zelândia está em desenvolvimento um teste público de um sistema de *e-voting* (<http://www.terra.com.br/~votoeletronico>), que ocorrerá em paralelo a uma eleição normal, patrocinado por agências governamentais e por universidades, para avaliar se é possível se implantar um sistema seguro e satisfatório.

Na lista americana têm surgido assustadoras propostas de *e-voting* com a utilização de *cédulas de voto virtuais assinadas digitalmente* pelo eleitor. Comparando com a votação tradicional, isto equivaleria a imprimir a identificação do eleitor na cédula eleitoral do voto impresso; a inviolabilidade do voto ficaria totalmente comprometida. Quanto aos custos para manter os centros de autenticação digital do eleitor funcionando e constantemente interligados, pois cada eleitor só pode votar uma vez, existe a sugestão de se cobrar do próprio eleitor uma taxa de manutenção do seu registro e assinatura digital. Em outras palavras, o eleitor teria que pagar para poder votar.

Mas também lá na Califórnia se está propondo que o sistema de voto eletrônico seja implantado em partes, inicialmente em paralelo ao sistema tradicional, para permitir sua avaliação antes da implantação definitiva.

Já no Brasil a implantação do voto eletrônico foi em substituição direta ao voto tradicional. Diferente da Receita Federal que informatizou a Declaração de Renda como alternativa de forma que o contribuinte pudesse optar entre o método tradicional e o informatizado, o TSE não deixou ou-

tra alternativa ao eleitor, obriga-o a utilizar a urna eletrônica apesar de não ter demonstrado tecnicamente sua confiabilidade nem debatido o seu sistema no meio acadêmico.

O TSE recorreu a entidades acadêmicas inicialmente para colher sugestões sobre a urna eletrônica e, posteriormente, para orientar-se com relação a alguns aspectos ligados à segurança de dados, como a criptografia dos disquetes com os Boletins de Urna, os quais são as tabelas públicas impressas que contêm o resultado da apuração de cada urna. Porém, nunca houve um debate aberto no meio acadêmico sobre como se informatizar com segurança toda uma eleição.

Questões polêmicas do projeto, como a decisão de não se mostrar o voto impresso ao eleitor, o que elimina a possibilidade de auditoria da apuração; e a decisão de se fazer a identificação do eleitor e a coleta do seu voto numa mesma máquina, que torna a inviolabilidade do voto dependente da honestidade dos programadores; nunca foram debatidas nas universidades brasileiras.

Por exemplo, o projeto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul oferecido ao TSE sugeria que a urna eletrônica imprimisse o voto e o mostrasse ao eleitor *como mecanismo de segurança da votação* (Price, 1995). Além disso, Camarão (1997, p. 72, item IV b), informa que existia dentro do TSE uma orientação inicial para o projeto da urna eletrônica de 1996 que dizia o seguinte: *Deverá ser resguardado o direito a (sic) fiscalização da votação e da apuração, bem como garantir a conferência do resultado de cada Seção por meio da auditagem e da recontagem.*

Mesmo assim o TSE decidiu eliminar o voto conferido pelo eleitor e, por consequência, a possibilidade de

auditagem e conferência da apuração, sem nenhuma explicação pública ou debate aberto que validasse essa decisão.

É por se entender que algumas das decisões tomadas internamente pelo TSE sobre o nível de segurança oferecido pela urna eletrônica são no mínimo discutíveis, que se propõe que o debate sobre a política de segurança do voto eletrônico seja trazido para dentro das universidades brasileiras.

A LEGISLAÇÃO ELEITORAL

O tema do voto eletrônico tem um lado técnico em informática, quando se fala em segurança do sistema, mas envolve também um lado legal e ambos devem ser considerados. Assim, inicia-se a análise da urna eletrônica pela observação da estrutura legal que a regulamenta, a qual é composta por Leis e Resoluções.

As leis eleitorais

A legislação eleitoral brasileira está baseada na Lei 4.737 de 1965, que é bastante ampla. Numa única lei se abrangem todos os aspectos relativos ao processo eleitoral e, por isto, ela é também conhecida por Código Eleitoral Brasileiro, sobre o qual existem muitos livros, como Ferreira, (1991).

A amplitude dessa lei é evidenciada pela sua estrutura interna que é composta pelo seguinte:

- 5 partes
- 16 títulos
- 31 capítulos e 5 seções (subcapítulos)
- 383 artigos

A votação e a apuração estão na Parte Quarta do Código Eleitoral e são cobertas pelo seguinte:

- 5 títulos
- 19 capítulos e 5 seções (subcapítulos)
- 152 artigos

Certamente o Código Eleitoral de 1965 não regulamenta nada sobre o

voto eletrônico, pois este nem sequer existia. Apenas seu sucinto Artigo 152 prevê a utilização de "máquinas de votar mediante a regulamentação do TSE". O voto eletrônico propriamente dito é regulamentado por outra lei, a Lei 9.504 de 1997, mais especificamente, por apenas 6 dos 107 artigos.

Nota-se grande discrepância entre a legislação do voto tradicional e do voto eletrônico no que diz respeito à apuração do voto e à sua fiscalização. Enquanto a apuração do voto tradicional é coberta por 37 artigos no Código Eleitoral e outros 11 na lei 9.504, impondo-se o direito à auditagem e à livre fiscalização, descendo-se a detalhes como a cor da caneta dos escrutinadores e a distância mínima entre estes e os fiscais, o voto eletrônico tem a apuração regulada por apenas 2 artigos na Lei 9.504, a saber, Artigo 61 e Artigo 66.

Este pouco detalhamento da legislação sobre o voto eletrônico é que permitiu que o TSE criasse uma urna eletrônica na qual **foi eliminada a possibilidade de auditagem e conferência da apuração por fiscais dos partidos políticos**. Enquanto o Código Eleitoral estabelece o direito à conferência da apuração na votação tradicional, a Lei 9.504 é totalmente omisa a este respeito com relação ao voto eletrônico.

Para diminuir esse problema, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), assessorado por participantes do *Fórum do voto eletrônico*, apresentou em 31 de março de 1999 o *Projeto de Lei do Senado – PLS 194/99* (Requião, 1999), em que novos artigos impõem que seja permitida a conferência da apuração e impedem que a identificação do eleitor seja feita em máquina conectada à urna eletrônica. Este projeto de lei estava, no momento (ago-

99), sob análise da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

As Resoluções do TSE

Para regulamentar o voto eletrônico com mais detalhes, o TSE emitiu várias Resoluções (<http://10>), entre elas as de números 20.103, 20.105, 20.132, 20.195, 20.213 e 20.230, todas de 1998, acrescentando mais 25 artigos sobre o tema.

Assim, a maior parte da regulamentação do voto eletrônico é feita por essas Resoluções, cuja existência leva a uma questão jurídica relevante: **Durante as eleições de 1998, o voto eletrônico foi regulamentado, desenvolvido, implantado e controlado pelo próprio TSE que, a este respeito, assumiu as funções legislativas, executivas e judiciárias em evidente afronta ao princípio da trípartição dos poderes.**

Quem quisesse contestar juridicamente algum aspecto na implantação do voto eletrônico teria que recorrer aos juízes do TSE pedindo que eles julgassem seus próprios atos, baseados em leis escritas por eles mesmos.

Do ponto de vista técnico, as Resoluções sobre o voto eletrônico também carecem de melhorias. É nelas que se encontram regulamentadas as duas defesas legais que pretendem dar segurança ao voto eletrônico contra o software desonesto.

A Resolução 20.103/98 discorre sobre a apresentação dos programas para análise por auditores indicados pelos partidos políticos. A Resolução 20.105/98, por sua vez, regula os testes de certificação das urnas preparadas para funcionamento. Mas, nas eleições de 1998, estas duas defesas legais foram burladas por interpretações "liberais" destas regulamentações.

A Resolução 20.105/98 é muito vaga ao dizer que os fiscais dos parti-

dos poderão fiscalizar a "carga das urnas eletrônicas e conferir por amostragem até 3% das máquinas". Além de não se explicar o porquê deste número mágico de 3%, ao implementar na prática esta conferência, **o conteúdo da urna eletrônica escolhida pelos fiscais era alterado com a carga de um programa específico para o teste**. Após o teste, a urna voltava a ser carregada com o programa real de votação. **Do ponto de vista estritamente técnico**, nas eleições de 1998, devido a uma interpretação bastante liberal da lei, **o programa real de votação contido na urna eletrônica jamais foi testado por nenhum fiscal de partido político** para verificar se desvia votos.

Já a Resolução 20.103/98 afirma que os partidos políticos terão "garantido o conhecimento dos programas de computador a serem utilizados". Além da natural diferença entre programas-fonte e compilados, o TSE classifica os programas contidos na urna em Sistema Operacional, Rotinas de Detecção de Periféricos, Software Básico de Gerenciamento e diversos softwares aplicativos, entre eles o de apuração e o de teste. Como na Resolução é confuso o uso das expressões "Sistema de Totalização de Votos", "Sistema de Apuração" e "Sistema de Totalização de Resultados" não fica claro que programas da urna os fiscais dos partidos terão direito de auditar. Isto tudo resultou que, na prática, **nenhum auditor externo ao TSE analisou ou conheceu, na íntegra, os programas reais contidos na urna eletrônica**.

GARANTIA DE UM SOFTWARE HONESTO

As regras legais para validação e certificação, por auditores externos ao TSE, do software carregado na urna eletrônica, e que davam aos fiscais dos

partidos o acesso aos programas e o direito de testar 3% das urnas, não foram postas em prática de forma tecnicamente correta.

Poder-se-ia pensar que bastaria colocar essas defesas legais em prática de forma correta e ter-se-ia uma urna segura, mas esta conclusão também deve ser mais bem ponderada. São estas defesas legais suficientes?

A solução escolhida pelo TSE para o funcionamento da urna eletrônica não permite a conferência da apuração via recontagem dos votos impressos, os quais teriam que ser vistos e aprovados pelo eleitor para que a conferência tivesse algum sentido lógico.

Sem a conferência da apuração, a única forma que resta para dar garantia ao eleitor de que seu voto será dado ao candidato escolhido é garantir que os programas contidos nas urnas são honestos e não desviam votos. Para tanto, não basta que os fiscais dos partidos tenham conhecimento apenas do programa-fonte do *software* aplicativo de apuração. Eles têm, adicionalmente, que validar os programas compilados por meio de análise e testes exaustivos e têm que se certificar de que os programas carregados nas urnas foram gerados pela compilação dos mesmos programas-fonte que foram validados, pois um vício de programação pode ser inserido nos seguintes momentos:

- no programa-fonte antes da compilação;
- durante a compilação;
- durante a ligação com bibliotecas externas;
- depois de compilado.

Este é um caso em que não se recomenda a validação estatística. Assim, os fiscais dos partidos e os auditores externos ao TSE teriam que realizar no mínimo as seguintes atividades:

- conhecer tecnicamente o programa-

fonte de todas as bibliotecas de funções, tribunais e gerenciadores de dispositivos utilizados;

- conhecer tecnicamente a fonte do próprio programa compilador e acompanhar todas as compilações;
- conhecer tecnicamente e conferir todo o conteúdo da máquina onde foi feita a compilação e que esta esteja lacrada quando fora de uso;
- lacrar o programa-fonte analisado e todos os milhares de disquetes de carga com o programa compilado e as tabelas de dados;
- acompanhar a carga de **todas as urnas** (em torno de 250.000);
- lacrar também as urnas eletrônicas assim que fossem carregadas;
- proteger as urnas lacradas contra acesso físico depois de lacradas.

A lacração de programas gravados em meio magnético normalmente é feita por meio dos chamados *hashing totals*, mas deve-se lembrar que este recurso não são formas matematicamente seguras de lacre.

Certamente, para realizar essas atividades com efetividade, qualidade e segurança, os fiscais e auditores devem ser técnicos altamente qualificados e dispor de tempo para analisar todo o material.

Como os programas das urnas são carregados parte no fabricante (*software* básico) e parte nos cartórios eleitorais de cada cidade (*software* aplicativo e tabelas), os fiscais dos partidos teriam que correr todo o território nacional para acompanhar a carga, teste e lacração das urnas.

Não se tem o número exato, uma vez que o TSE não publicou, mas pode-se estimar com boa margem de segurança que em 1998 os fiscais dos partidos não acompanharam a carga nem de 0,1% das quase 170.000 urnas eletrônicas. Além disso, em 100% das urnas essa carga foi feita com disquetes

não auditados nem lacrados pela fiscalização.

Enfim, **o processo de auditagem, validação e certificação do conteúdo real das urnas eletrônicas começa a ficar tão grande, caro e complexo que acaba se tornando impraticável.**

Os partidos políticos não dispõem de verba para bancar uma auditoria dessa proporção e certamente os cinco dias que a lei oferece aos partidos para avaliarem "os programas de apuração e totalização" não são suficientes. Assim, devido às dificuldades práticas, o processo de validação e certificação do conteúdo das urnas eletrônicas de 1998 por auditores externos ao TSE não foi, ou não pôde ser, implementado de forma eficaz, o que indica que a certificação do *software* nas urnas, como defesa contra o *software* desonesto, não é suficiente para garantir ao eleitor seus direitos à inviolabilidade e justa apuração dos votos.

Adicionalmente, outras defesas lógicas, além da validação e certificação contra programas desonestos na urna eletrônica, devem ser implementadas.

AS ETAPAS DE UMA VOTAÇÃO

A partir do momento em que o eleitor se apresenta para votar, o processo de uma eleição pode ser dividido nestas etapas:

1. Identificação do eleitor
2. Votação secreta
3. Apuração de cada urna
4. Totalização dos votos

Apenas para se fixar a diferença, não se deve confundir a *apuração*, contagem dos votos de uma urna, com a *totalização*, soma dos votos de todas as urnas. São processos diferentes, que ocorrem em momentos e locais diferentes.

Cada uma destas etapas tem seus próprios ritos de segurança e brechas para fraude. Vamos analisar quais são

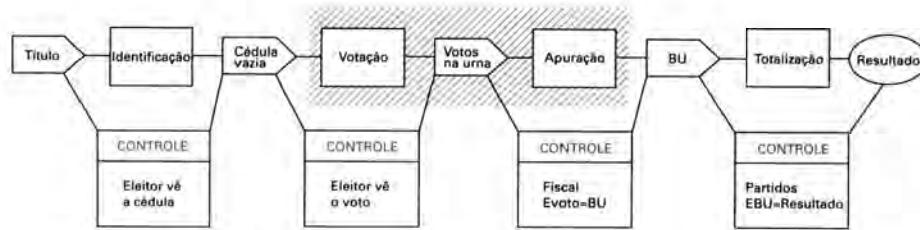


Figura 1 FLUXOGRAMA DA VOTAÇÃO TRADICIONAL

essas brechas e defesas em relação ao voto tradicional ocorrido na eleição de 1994 e ao voto eletrônico da eleição de 1998 no Brasil.

A eleição tradicional

A Figura 1 apresenta as etapas e o fluxograma dos dados numa eleição tradicional, evidenciando os pontos de controle do processo, isto é, os pontos em que agentes independentes e externos ao TSE têm acesso a dados públicos para auditagem de cada etapa.

Na etapa de identificação do eleitor existem fraudes como a falsificação de documentos e de registros eleitorais. Por outro lado, como o eleitor recebe a cédula vazia, pode verificar que o conteúdo do seu voto não poderá ser violado, ou seja, na cédula que o eleitor recebe não está escrito nada que permita a identificação.

Na etapa de votação, vários tipos de fraudes eram possíveis, como o voto-de-cabresto, a indução do voto pelos mesários ou a votação destes por eleitores que faltaram. O controle externo aqui era exercido pelos fiscais sobre os mesários e pelo próprio eleitor ao preencher a cédula, pois ele automaticamente constatava que o documento público que passava a informação desta para a próxima etapa, a cédula preenchida, assinalava o seu candidato e não continha a sua identificação.

Na etapa de apuração deve-se proceder à soma dos votos de cada urna para preencher os Boletins de Urnas

(BU), que são os documentos públicos de passagem de informação para a etapa seguinte. Também aqui vários tipos de fraude ocorriam, como a troca de votos dentro da urna, a troca ou extravio da própria urna, o preenchimento ou adulteração de votos pelos scrutadores ou a adulteração dos BU antes da publicação.

A área hachurada da Figura 1 evidencia a região mais sujeita a fraudes no voto tradicional. As defesas do eleitor contra essas fraudes eram sempre as garantidas por lei: o direito de fiscalizar a votação e a apuração, e o direito de se pedir a recontagem de votos quando houvesse dúvidas fundamentadas, que são direitos do eleitor, mas são exercidos pelos partidos políticos, como representantes legais dos eleitores para efeito de fiscalização.

Na etapa da totalização dos votos o TSE deve somar os votos indicados nos BU e publicar o resultado da eleição. Esta foi a primeira etapa a ser informatizada no Brasil já no sistema de voto tradicional. Nesta etapa se possui um método de controle bastante eficaz contra a fraude na totalização. Por força de lei, os partidos políticos recebem uma cópia impressa dos BU e podem, se quiserem, fazer a conferência da totalização por conta própria, somando os conteúdos de todas os BU e comparando com o resultado publicado pelo TSE.

É tão forte esta defesa contra fraudes que foi por intermédio dela que,

no Rio de Janeiro, se descobriu e evitou o erro na totalização que ficou conhecido como o caso Proconsult.

Neste artigo não se analisam os demais aspectos da segurança na totalização por se considerar que nessa etapa a segurança está estruturalmente bem cuidada pela lei.

A eleição informatizada brasileira

Em 1994 o Ministro Carlos Velloso assumiu a presidência do TSE e estabeleceu como uma das suas metas implantar o voto eletrônico por completo no Brasil. No seu discurso de posse disse o seguinte: *Essas fraudes serão banidas do processo eleitoral brasileiro no momento em que eliminarmos as cédulas, as urnas e os mapas de urna, informatizando o voto.*

A visão do ministro Velloso é a de um excelente jurista, mas tem uma percepção imprecisa da informática. Ao se eliminar a cédula, as urnas e os mapas eleitorais (BU) não sobra muito para se auditar a apuração. Parece ter-lhe faltado a noção de que fraudes são potencialmente mais danosas em sistemas informatizados, como afirmou o seu próprio secretário de informática (Camarão, 1997, p. 170): *A introdução da informática nos sistemas eleitorais exige cuidados complementares, sobretudo se considerarmos que o volume da fraude, se utilizarmos um sistema sem controles, pode ser exponencialmente maior.*

Tentando eliminar todos os focos de fraude identificados pelo ministro Velloso, o TSE decidiu juntar as três primeiras etapas de uma eleição — identificação, votação e apuração — num único local e equipamento: a urna eletrônica brasileira.

Precisa ser destacado que esta unificação das três etapas é característica da urna brasileira. No resto do mundo de-

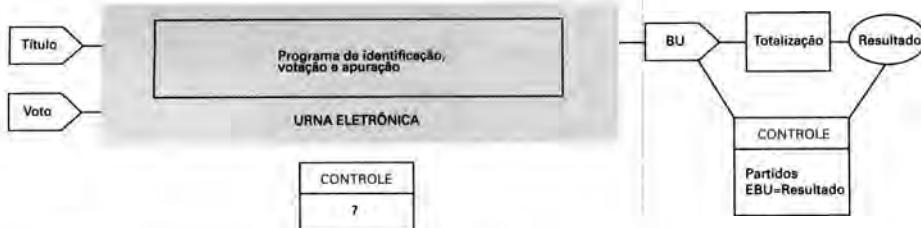


Figura 2 FLUXOGRAMA DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA DE 1998

mocrático onde se informatizou a votação, não ocorre esta tripla integração. Em especial, em nenhuma democracia tradicional deixou de existir o voto impresso, nem a identificação e a votação são feitas no mesmo equipamento.

A Figura 2 apresenta o fluxograma de dados e controles da implementação da urna eletrônica brasileira, que agrupa as três primeiras etapas de uma eleição num só processo, eliminando os documentos públicos intermediários entre elas, visto que eram entendidos como fontes de fraudes. Não tem mais cédula, não tem mais urna e apenas o BU não pode ser eliminado.

Como resultado da eliminação desses documentos, eliminaram-se também os controles que se faziam por meio deles. Uma vez que a certificação de um *software* honesto na urna não foi obtida, ocorreu o seguinte:

- O eleitor perdeu a garantia de que seu voto não seria identificado e não tem como saber se seu voto foi para o candidato escolhido.
- Os partidos não tiveram como conferir a apuração e, assim, não podem mais pedir a recontagem dos votos.

Na etapa de identificação do eleitor, as mesmas fraudes que existiam no voto tradicional, como a falsificação de documentos e de registros eleitorais, continuaram existindo com o voto eletrônico, mas a elas foi acrescida a grave possibilidade de violação sistemática do voto por um programa desonesto, que antes não existia.

Na etapa de votação diminuiu-se bastante a fraude conhecida como voto-de-cabresto, mas manteve-se a possibilidade de indução do voto e de mesários votarem por eleitores ausentes. O TSE adotou a identificação eletrônica conectada à urna para eliminar este tipo de fraude apesar de ela “aumentar os custos do sistema” (Camargo, 1997, p. 81, item 1) mas o problema não foi resolvido e os custos aumentaram inutilmente.

Por outro lado, eliminou-se o voto em separado, que permitia que eleitores especiais, como militares em serviço, autoridades e candidatos, pudessem votar em outra seção eleitoral que não a sua própria, e impidiu-se a existência de mais de uma urna por seção, fazendo que eleitores lentos prendessem os demais em fila. No 1º turno de 1998, quando se votava para cinco cargos diferentes, formaram-se filas de espera de mais de três horas e em algumas seções o horário de votação teve que ser prorrogado até as 20h. Este problema não se deve ao despreparo dos eleitores como chegou a ser alegado, mas sim à existência de apenas uma urna por seção, que é imposta pela identificação eletrônica integrada à urna visto que tecnicamente só pode haver um único centro eletrônico de identificação por seção.

Na etapa de apuração, foram eliminadas as fraudes de troca e adulteração de votos e se acelerou consideravelmente o processo. Mas foi aqui

onde foram introduzidas as duas maiores falhas de segurança do voto com a urna eletrônica:

- O eleitor não tem como conferir se seu voto foi apurado corretamente ou se foi desviado
- Não existe forma de se auditar a apuração

A etapa de totalização, após publicação da BU, é equivalente à votação tradicional e os partidos podem auditá-la da mesma forma.

AS FALHAS APONTADAS

Resumindo o que foi mostrado nas seções precedentes, listam-se a seguir, no projeto e implantação da urna eletrônica brasileira, as principais falhas de segurança:

- A legislação sobre o voto eletrônico é pouco detalhada, permitindo interpretações “liberais” que desvirtuam a segurança.
- O conhecimento apenas dos programas-fonte pelos técnicos dos partidos não valida o *software* real carregado na urna.
- A fiscalização externa ao TSE na compilação e carga dos programas está ausente.
- O teste de certificação das urnas é invalidado pela alteração do conteúdo da urna antes e depois do teste.
- É impossível se proceder à fiscalização ou recontagem da apuração de uma urna.
- O eleitor não tem como conferir se o seu voto foi dado ao candidato escolhido.
- O conteúdo do voto e a identificação do eleitor estão disponíveis simultaneamente na mesma memória de computador.
- O TSE não permitiu que fossem feitos nem auditoria nem testes com o programa real da urna em funcionamento normal.

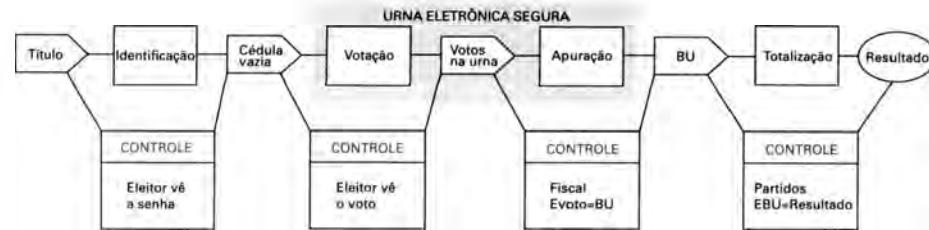


Figura 3 FLUXOGRAMA PROPOSTO

AS SOLUÇÕES PROPOSTAS

Para resolver estas falhas propõe-se o esquema da Figura 3, que foi desenvolvido depois de debates no *Fórum do voto eletrônico*.

Este fluxograma é praticamente idêntico ao da Figura 1. A diferença é que a área hachurada que identificava os pontos inseguros no voto tradicional é substituída pela nova Urna Eletrônica Segura, que é assim chamada por estes motivos:

- Inibe o voto-de-cabresto.
- Inibe as fraudes na apuração.
- Permite ao eleitor conferir para quem foi dado o seu voto.
- Elimina a possibilidade de violação do voto atenuando a vulnerabilidade do eleitor à pressão psicológica.
- Permite a recontagem e conferência da apuração quando necessário.
- Permite a auditoria de urnas durante o funcionamento.

Esta nova urna segura unifica apenas duas etapas do processo eleitoral, a Votação e a Apuração, mantendo prudentemente isolada a etapa de identificação do eleitor, inibindo qualquer possibilidade de violação sistemática do voto.

Apesar de isolada, a identificação do eleitor também poderia ser feita com o auxílio de máquinas eletrônicas desde que estas não permitam a gravação da ordem de chegada dos eleitores em memória permanente e, obviamente, não tenham conexão elétrica ou eletrônica com as máquinas

que forem receber os votos. Mas não se vislumbra vantagem em utilizar a eletrônica na identificação do eleitor uma vez que a Folha de Votação nunca poderá ser eliminada, conforme acabou constatando Camarão, (1997, p. 81, item 1). A Folha de Votação é a lista impressa, enviada a cada Seção Eleitoral, com os dados dos eleitores e com os seus comprovantes de comparecimento, utilizada para a identificação do eleitor e controle de quem já votou.

Uma vez identificado e liberado para votar, o eleitor recebe uma cédula vazia, que até poderia servir como senha liberadora da urna para receber um novo voto. O voto, depois de confirmado pelo eleitor, seria impresso nesta cédula.

As cédulas preenchidas com o voto devem primeiro ser mostradas para conferência pelo eleitor, para depois serem depositadas **automaticamente** numa urna convencional sem que o eleitor a manipule, evitando-se o voto-de-cabresto. Estas urnas convencionais serão apuradas na sua totalidade ou apenas em parte, dentro de uma programação de auditoria do software real da urna.

Desta forma se unem as vantagens do voto tradicional, a saber, a impossibilidade de violação do voto e a possibilidade de auditoria da apuração, com as vantagens do voto eletrônico, a saber, a rapidez na apuração, a inibição do voto-de-cabresto e das fraude-

des na apuração. Também são eliminados alguns defeitos da urna eletrônica, como a necessidade de preparação diferente para seções diferentes e a impossibilidade de múltiplas urnas por seção.

Quase todas estas características aqui propostas foram incorporadas ao Projeto de Lei do Senado, PLS 194/99 (Requião, 1999), pelo senador Roberto Requião, que optou pela conferência parcial com a recontagem dos votos impressos de 3% das urnas, a serem escolhidas pelos fiscais dos partidos políticos, para efeito de auditoria.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O VOTO ELETRÔNICO

A análise aqui feita sobre a urna eletrônica brasileira pode ser estendida para o voto eletrônico em geral, até mesmo para o voto pela Internet.

O problema da identificação do eleitor no mesmo equipamento que recebe o seu voto é importante e é praticamente impossível se garantir que a violação do voto nunca vá ocorrer, seja por meio de invasores externos ou por agentes internos desonestos que programem a violação. Outros problemas na identificação do eleitor, como cadastros falsos, não são resolvidos pelo voto eletrônico.

O problema da ausência de um comprovante impresso do voto também é grave. Esta ausência elimina a possibilidade de auditoria da apuração. Algumas soluções já foram propostas, tais como:

- certificar o programa utilizado;
- gravar o voto virtual com uma assinatura eletrônica do eleitor;
- publicar o voto junto com uma senha de conhecimento apenas do eleitor.

Mas estas são sugestões que acabam falhando em garantir a honestidade da apuração ou falham em garantir a inviolabilidade do voto. Isto reforça a

necessidade de se manter o voto virtual e o voto impresso em paralelo, mas daí surge a dúvida sobre o que fazer quando houver divergência entre eles.

Já o voto pela Internet apresenta problemas adicionais, tais como:

- a volta do voto-de-cabresto, uma vez que não há como se fiscalizar todos os pontos de votação;
- o mau uso da assinatura eletrônica por terceiros;
- o controle para se garantir que cada eleitor vote apenas uma vez.

Recentemente a senhora Deborah M. Phillips, presidente do *The voting integrity project* (<http://www.voting-integrity.org/>), publicou uma longa avaliação denominada *Are we ready for Internet voting?* (Phillips, 1999), em que enumera os problemas não resolvidos e alerta contra a precipitação dos estados que estão querendo implantar o voto pela Internet.

Também continuam abertas diversas questões econômicas e jurídicas:

- É conveniente financiar o projeto da urna eletrônica com capital externo, visto que aumenta a dívida externa sem melhorar nossa produtividade e sem diminuir o chamado “custo Brasil”?
- Quem banca o custo de cartórios eleitorais *on-line* de assinaturas eletrônicas?
- Quem paga a auditoria externa?
- A acumulação de poderes pelo TSE numa eleição atende ao ideal democrático?
- Quem representa o eleitor numa auditoria?
- A quem cabe o ônus da prova da segurança da urna? Ao TSE ou ao eleitor que a conteste em juízo?

Enfim, adaptando-se o pensamento da senhora Kim Alexander, presidente da *California Voter Association* (<http://www.calvoter.org/>) e membro da *California Internet Voting Task Force*, que é uma comissão do governo californiano para

estudo do voto pela Internet, publicado pelo jornal *The New York Times* (14 de agosto de 1999), pode-se dizer: *Se você pensa em informatizar o voto por cinco minutos, você pondera: “Por que não?”. Mas se você pensa por algumas horas você acaba descobrindo uma porção de razões do por quê não.*

CONCLUSÃO

Todas estas questões não resolvidas sobre o voto eletrônico levam à conclusão de que o Brasil **não está na linha de frente da tecnologia de informatização do voto e sim que ultrapassou esta linha de forma imprudente e precipitada.**

Depois da implantação parcial da urna eletrônica em 1996 e 1998, o TSE já vem dando andamento à terceira fase da implantação do voto eletrônico no Brasil, que prevê a utilização da urna eletrônica em todas as seções eleitorais do Brasil na eleição do ano 2000. Em maio de 1999 o TSE publicou o *“Pré-edital de especificação da Urna Eletrônica 2000”* (<http://www.tse.gov.br/web/legisl/99/editaltse.htm>), na qual **todas as falhas aqui apontadas continuam presentes**, pois o TSE tem ignorado por completo o projeto de lei PLS 194/99 e as sugestões do *Fórum do voto eletrônico*.

É chegada a hora da comunidade acadêmica brasileira assumir a responsabilidade de discutir a política de segurança do voto eletrônico, sob pena de deixarmos para os nossos filhos um Brasil com um arremedo de democracia, em que o eleitor não tem como saber em quem votou e a oposição é impedida de conferir a apuração dos votos, como hoje já está ocorrendo. ■

Amílcar Brunazo Filho é engenheiro e moderador do Fórum de Debates do Voto Eletrônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARÃO, Paulo César Bhering. *O voto informatizado: legitimidade democrática*. São Paulo: Empresa das Artes, 1997.
FERREIRA, Pinto. *Código Eleitoral comentado*. São Paulo, Saraiva, 1991.
PHILLIPS, Deborah M. *Are we ready for Internet voting?* Arlington, VA, USA: The Voting Integrity Project, 1999.
PRICE, Roberto Tom. *Votação Informatizada: Projeto UFRGS*. Porto Alegre: Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.
REQUIÃO, Roberto. *PLS 194/99 – Projeto de Lei do Senado*. Brasília: Senado do Brasil, 1999.

REFERÊNCIAS NA INTERNET

- (<http://www.brunzo.eng.br/voto-e/forum.htm>) Fórum de debates do voto eletrônico:
<http://www.brunzo.eng.br/voto-e/forum.htm>
(<http://www.polemic.net/nzeet.html>) E-democracy in New Zealand elections:
<http://www.polemic.net/nzeet.html>
(<http://Nzvotingtrial.listbot.com>) NZelectronic electoral trial list:
<http://Nzvotingtrial.listbot.com>
(<http://www.voting-integrity.org/>) The Voting integrity project:
<http://www.voting-integrity.org/>
(<http://votesite.com.listbot.com>) The vote site.com mailing list:
<http://votesite.com.listbot.com>
(<http://www.int-idea.se/>) International institute for democracy and electoral assistance:
<http://www.int-idea.se/>
(<http://www.democracy.or.uk>) UK citizens online democracy:
<http://www.democracy.or.uk>
(<http://www.brunazo.eng.br/voto-e>) Urna 2000 – O voto seguro:
<http://www.brunazo.eng.br/voto-e>
(<http://www.senado.gov.br/web/senador/requiaopl/99/pls99.htm>) Projeto de Lei do Senado PLS 194/99:
<http://www.senado.gov.br/web/senador/requiaopl/99/pls99.htm>
(<http://www.tse.gov.br/ele/legisl.htm>) Lei 9.504/97 e resoluções do TSE:
<http://www.tse.gov.br/ele/legisl.htm>
(<http://www.jus.com.br/pesquisa/editaltse.zip>) Pré-edital de especificação da UE2000:
<http://www.jus.com.br/pesquisa/editaltse.zip>
(<http://www.calvoter.org/>) The California voter association:
<http://www.calvoter.org/>

Irã e a necessidade de ganhar tempo

Vitória Peres

O mundo é uma epifania. Secularização nada tem a ver com a cultura islâmica. Para os imãs e aiatolás e quase todos os islâmicos, globalização é neocolonialismo. Membro do alto clero, Khatami vem estudando autores ocidentais, entre eles Santo Agostinho, para conciliar tradições islâmicas com o pensamento ocidental. Os ocidentais têm muito a aprender

Desde 1997, com a eleição do presidente Mohammad Khatami, novos ares têm surgido no Irã. O Ocidente tem se apressado em comemorar estes sinais reformistas, principalmente porque os vê como um enfraquecimento da linha dura muçulmana associada a um terrorismo fanático internacional, que vinha, nas últimas décadas, assustando o mundo.

De fato, Khatami tem se mostrado um líder mais tranquilo e aberto ao Ocidente, mesmo sendo portador do 'turbante preto', que representa a sua descendência do profeta Muhammed e seu alto cargo na hierarquia religiosa iraniana.

Avaliar esta abertura, entretanto, não é tão simples, pois exige que se leve em consideração a recente história do Irã, desde a revolução que trouxe ao poder o aiatolá Khomeini e a República Islâmica. Isto, por sua vez, só pode ser feito compreendendo o que é o islamismo e por que os países muçulmanos têm tido reações defensivas contra o modernismo ocidental e seu secularismo. A tentativa de compreender este outro, que nos parece por vezes tão estranho, tão 'outro', é fundamental para que não insistamos no ponto de vista etnocêntrico da cultura ocidental, que levou um dos nossos grandes filósofos, Montesquieu, a se perguntar "Como se pode ser persa?" Se queremos compreender esse outro, precisaremos também ouvir e admitir o seu estranhamento perante nossa alteridade.

TUDO É SAGRADO

Para o islamismo, separar política de religião é algo difícil, já que seu princípio fundamental é o *tawhid*, unidade divina que permeia tudo. A separação entre sagrado e profano é marcada diferentemente, pois o muçulmano entende que a única divindade é Deus, a única realidade é Deus, tudo é manifestação ou sinal (*ayat*) de Deus e sagrado por sua relação com Deus. O mundo é, portanto, uma epifania e o crente busca ver, através do mundo fragmentário, a realidade transcendente que permeia todas as coisas.

Como se vê, a idéia da secularização é algo estranho ao Islã e oposto ao seu princípio básico, o *tawhid*. O movimento da modernidade ocidental em direção ao Islã defronta-se com esse primeiro obstáculo, um obstáculo de princípio.

Historicamente, a política é parte da religião muçulmana desde o seu início, quando Muhammed era não apenas o líder religioso, o Profeta; mas o líder político que resolvia as contendas entre seu povo e liderava o exército. O principal cisma dentro do Islã, a divisão entre sunitas e xiitas, não foi teológica, mas política, e se deu por diferenças de interpretação de quem devia suceder ao Profeta.

A história do Islã, portanto, foi tecida entre dois eixos: eleger um chefe político justo e não se equivocar no sentido da interpretação da *shari'a*, extraída do Corão sagrado e da Sunna.

Quando a revolução do Irã resta-

O muçulmano entende que a única divindade é Deus, a única realidade é Deus, tudo é manifestação ou sinal (ayat) de Deus e sagrado por sua relação com Deus.

O mundo é, portanto, uma epifania

beleceu um sistema teocrático e trouxe de volta o imã, não só sua liderança religiosa, mas também seu poder político, respondeu a este sonho islâmico da comunidade ideal, a do tempo do Profeta e seus companheiros, quando não havia divisões. O Imã, especialmente no Irã xiita, tem um papel fundamental, pois é descendente do Profeta e divinamente escolhido e inspirado. Ele é aquele que pode interpretar o Corão e guiar corretamente os fiéis na prática do Islã.

Entendendo este ponto, pode-se perceber por que o presidente Khatami se relaciona de uma forma tão delicada com o imã, o aiatolá Ali Khamenei, evitando polêmicas e acatando suas decisões, mesmo contrárias ao seu ideário reformista.

O outro eixo de uma sociedade muçulmana é a *shari'a*. Ela diz respeito a toda a conduta do crente, por isso se diz que no Islã ‘o credo é a conduta’. Toda a vida do muçulmano está pautada neste código de comportamento, que foi modelado na vida exemplar do Profeta. A jurisprudência num país muçulmano é toda fundada na religião e exercida pelos religiosos, ou como dizemos no Ocidente, pelo clero.

De novo, vemos como é complexa a posição de Khatami, que no seu ideário reformista tem prometido facilitar algumas restrições sociais, que estão dentro do conjunto abarcado pela *shari'a* e sob a autoridade máxima do imã Khamenei. Em relação a isto, o único ponto favorável a Khatami é que,

no xiismo, diferente das escolas sunitas, se entende que a *ijtihad* (interpretação do Corão e da Sunna) não está fechada. Claro que tampouco isto quer dizer livre interpretação ou mesmo que seja fácil utilizar este recurso perante questões melindrosas, mas, pelo menos, existe uma possível abertura.

EMBATE ENTRE DEUS E SATÁ

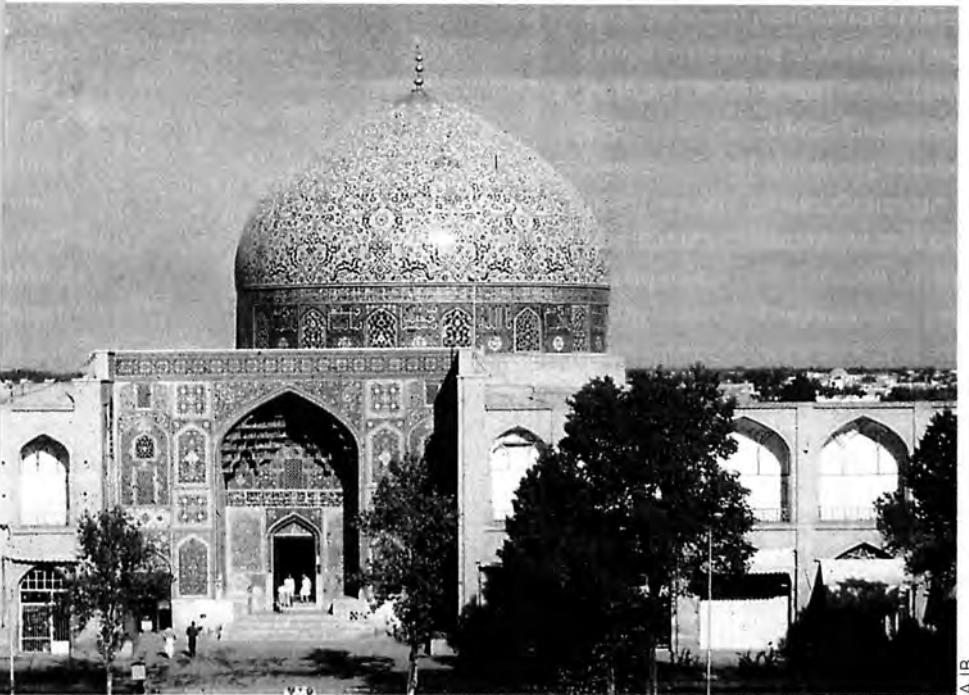
Outra questão que não podemos deixar de considerar é o colonialismo que marcou as relações entre o Ocidente e os países do Meio-Oriente nestes últimos duzentos anos. Hoje, esses países, todos já independentes dos colonizadores europeus, enfrentam o neocolonialismo ocidental transvestido de globalização, que dificilmente respeita culturas locais e que se espalha como um rolo compressor. Esse passado colonial e presente neocolonial estão associados no Irã, como em outros países do Oriente Próximo, a uma rejeição do Ocidente e uma busca de recursos culturais próprios (no caso a cultura islâmica), para fazer face a essa presença dominante.

Aqui também vale a pena voltar um pouco na história do Irã e compreender-lhe a resposta, tão radical por vezes, a este desafio que tem marcado as relações com o Ocidente e principalmente com os Estados Unidos. O xiismo duodecimalista, é a religião oficial do Irã desde o século XVII. A questão da sucessão do Profeta Muhammed, como vimos, é de primordial importância dentro do xiismo, pois foi por serem partidários de Ali, o

quarto califa, que foram levados ao cisma. Para o xiita, a sucessão do Profeta, teria que ser a partir da sua família, no caso, seu primo e genro, Ali e seus filhos e seus descendentes. Ali foi morto numa disputa pelo califado, e seus filhos Hassan e Hussein também foram preteridos e assassinados. Entretanto, para os xiitas eles são contados como califas e seguem a sucessão até o décimo segundo imã, que se ocultou. Este tema da ocultação do décimo segundo imã, *Keibat Kobra*, é parte fundante do universo simbólico xiita, que tem por isso sempre latente uma forte conotação milenarista, a volta do imã oculto. Os imãs atuais representam esse imã oculto, são seus enviados.

A cosmologia xiita está vinculada à sua herança persa, que incorpora ao Islã elementos das tradições mazdeazoroastrista. Por isso, está muito presente, desde a sua gênese, o embate entre Deus e Satã. Como diz a estudiosa do xiismo, Maria Elizabeth Torres Queiroz, é nessa dramaturgia cósmica que se desdobra a gênese do homem. A Grande Ocultação, *Keibat Kobra*, está inserida no momento crucial em que ocorre o domínio das forças satânicas, ou seja, quando, na comunidade escolhida para o pacto da aliança, se insere o mal. E o mal ficou patente no assassinato de Ali e seus dois filhos, Hassan e Hussein, mortos e preteridos na sucessão ao Imanato, em nome do Islã. Os enviados de Satã na terra, representando o mal, estão ligados a uma longa cadeia de transmissão, desde a ruptura original, continuando presente sempre que a injustiça e opressão, consideradas satânicas estão presentes.

Khomeini recorreu a esta simbologia para mobilizar uma grande força da população para o sacrifício durante a revolução de 1977. Conclamou



AIB

o povo a se unir às forças do bem e contribuir para sua vitória. O personagem central do mal Yazid (na mitologia persa), foi identificado ao Xá Reza Pahlevi e aos seus amigos americanos. Os Estados Unidos continuam sendo associados a Yazid, a força do mal e por isso devem ser combatidos. É através deste universo simbólico, que se pode entender a linguagem iraniana ao tratar os Estados Unidos.

INIMIGOS INTERNOS E EXTERNOS

Nesse combate ao mal, é que também se faz presente o conceito de guerra santa, *Jihad*, que tem sido muito mal interpretado no Ocidente. Entre os ditos do Profeta sobre isto está que a grande *jihad* é a batalha que empreendemos contra nossos inimigos internos, portanto dentro de nós mesmos; e a pequena *jihad* aquela em que combatemos os inimigos externos. A *jihad* era entendida pelos muçulmanos apenas como uma obrigação de defesa da fé.

Para os xiitas, a guerra santa in-

corpora mais uma outra simbologia, a de resistência pessoal e coletiva ao mal. É interessante observar que Khomeini, o guia, o imã do povo iraniano falou a esse povo com seus símbolos messiânicos e foi capaz de levantá-los e derrubar a força do quinto exército do mundo na época, o do xá Reza Pahlevi. Ele levou o povo às ruas lembrando-os do sacrifício de Hussein, e da necessidade de resistir ativamente ao mal, a Yazid, representado pelo xá.

Os líderes atuais da reforma no governo iraniano têm pedido ao povo para não ir às ruas, possivelmente numa tentativa de não suscitar embates violentos, que possam gerar uma volta dos conservadores aos recursos simbólicos e à violência latente que pode ser desencadeada em consequência. Um dos editores de um jornal iraniano *Asr-e-Azadegan*, que foi fechado recentemente, disse em uma entrevista a *Time Europe*, que o tipo de apoio que querem do povo é que comprem jornais e votem, que apóiem as instituições sociais de uma forma trans-

parente e legal, já que a situação não é revolucionária. O que pode ser compreendido como uma busca por uma política mais madura e menos fundada em elementos emocionais tradicionais do povo.

Outra questão, também complicada, por vezes, para nós ocidentais, é que o Irã é um país teocrático, mas que mesmo assim elege seu presidente e um congresso. Como um país teocrático xiita muçulmano, o líder máximo é o imã, aiatolá Seyed Ali Khamenei e logo em seguida vem o Conselho Guardião, composto de seis membros (todos religiosos muçulmanos) indicados pelo imã, abaixo deles vem o presidente e o congresso eleitos por voto direto. O líder máximo tem poderes plenos, pode inclusive destituir o presidente (o que já aconteceu no passado). Mesmo sendo governado por um 'clero' muçulmano a partir das regras do Corão, o Irã foi visto como uma ameaça por muitos dos seus vizinhos, como, por exemplo, a Arábia Saudita, o Kuwait, entre outros, que têm uma forma de governo monárquica, já que o sistema de governo iraniano incorpora dentro da teocracia uma possibilidade democrática de participação do povo.

CONTRATEMPOS REFORMISTAS

É esta estranha combinação de teocracia com alguns elementos de democracia que tem permitido a chegada ao poder desses reformistas liderados por Khatami. Entretanto, eles bem o sabem, os fios que sustentam esta possibilidade democrática são muito frágeis.

A onda reformista é fruto de um descontentamento popular. Durante estes vinte e um anos de revolução, não foi possível cumprir todas as promessas de desenvolvimento que haviam animado o povo. O Irã se envolveu numa desgastante guerra contra o

Esses países, hoje todos já independentes dos colonizadores europeus, enfrentam o neocolonialismo ocidental travestido de globalização, que dificilmente respeita culturas locais e que se espalha como um rolo compressor

Iraque, perdeu com a queda de preço do barril do petróleo, responsável por 85% das exportações, e foi prejudicado pelas sanções internacionais.

Apesar disso, é importante que se diga que os índices educacionais melhoraram muito: diminuiu consideravelmente o analfabetismo entre os jovens e aumentou o número dos que concluíram a universidade. Segundo estatísticas, na última década quatro milhões de jovens se formaram nas universidades, quase nove vezes mais do que no período anterior. São eles que formam uma parte do eleitorado de Khatami, não apenas por serem mais informados, como também por não terem vivido na época do xá, conhecendo apenas as dificuldades da revolução. Estes jovens também, por seu espírito mais impaciente, podem levar Khatami a dificuldades políticas, por desafiarem mais abertamente o imã.

Some-se ao pouco crescimento econômico, o rígido controle moral, que se seguiu à aplicação zelosa da *shari'a*, principalmente a partir da presença vigilante e excessiva da polícia da moralidade. E junta-se ainda, o desgaste dos líderes religiosos envolvidos na vida pública e entenderemos a vitória dos reformistas nas urnas.

Mesmo muitos religiosos não apóiam mais os conservadores linha-dura, por acharem que a religião tem sofrido com essa associação tão próxima de um governo que se tornou impopular. A agenda política de Khatami

promete melhorar os problemas crônicos da economia e afrouxar algumas restrições sociais.

O movimento congrega profissionais da imprensa e intelectuais, e tem recebido o apoio dos jovens e das mulheres. Após a eleição de Khatami, o movimento conseguiu mais uma grande conquista, eleger a maioria dos deputados para o congresso, ou Sexto Majlis.

Esta última vitória deve ter assustado os conservadores, e talvez tenha sido por isso que o Conselho dos Guardiões tentou impugnar parte dos eleitos, sob a justificativa de fraude eleitoral. No último 20 de maio, entretanto, a imprensa noticiou que o aiatolá Khamenei pediu aos membros do Conselho Guardião que descontinassem os trabalhos de escrutínio e reconhecessem os resultados dos candidatos eleitos para o melhor interesse do país. É mais uma vitória do presidente Khatami, que, durante esta tentativa de impugnação, permaneceu cauteloso, sem se opor abertamente ao Conselho ou ao aiatolá Khamenei.

Neste delicado momento de possível abrandamento político no Irã, o comportamento do Ocidente é muito importante, principalmente o dos Estados Unidos. Os analistas políticos acreditam que o melhor é que, principalmente os Estados Unidos, não se envolvam ou aplaudam muito o presidente Khatami, para que este fato não venha a ser utilizado pela linha dura, como uma prova de que o processo de

reforma estaria de alguma forma ligado aos 'inimigos do Irã'. Por outro lado, é muito importante ajudar o Irã financeiramente nesse processo de abertura.

O Ocidente parece ter entendido a mensagem, pois o Banco Mundial acaba de liberar um empréstimo de 232 milhões para o Irã, empréstimo este que estivera segurando desde 1993, por causa do abuso dos direitos humanos no país. O empréstimo saiu, apesar dos protestos do governo americano pelo julgamento de treze judeus acusados de espionagem a favor de Israel.

Um pouco antes do caso dos judeus, em março, a secretária de estado americana Madeleine Albright anunciou o afrouxamento de algumas sanções econômicas contra o Irã, permitindo o restabelecimento das importações iranianas de tapetes, caviar e pistache. Aproveitou para elogiar a vitória reformista e se desculpar por antigas políticas americanas em relação ao Irã, conclamando o país a reescrever um novo capítulo na história.

O caso dos judeus, que parecia prejudicar Khatami internacionalmente, pôde, em última análise, servir para ajudá-lo internamente, pois, o refrear da simpatia americana pelo seu governo lhe é muito útil em casa.

É importante que nós, ocidentais, entendamos que os reformistas não estão anunciando reformas radicais, nem uma revolução no país. O que querem parece ser abrir aos poucos o país, entretanto, sem que isto signifique um rompimento com seus princípios islâmicos. Muitos dos reformistas têm laços de família com o atual governo e são esses laços, muitas vezes, que têm permitido que a candidatura desses reformistas seja aceita pelo Conselho Guardião. O líder reformista eleito para o congresso e irmão do

presidente Khatami, por exemplo, é casado com uma filha do aiatolá Khomeini.

A MANEIRA ORIENTAL DE AVANÇAR

Khatami é também um religioso, membro do alto clero. O interessante é que ele vem estudando o pensamento político do Ocidente, tendo escrito sobre autores ocidentais como Santo Agostinho, Maquiavel, Hobes, Voltaire e Locke. Seu objetivo parece ser conciliar as tradições e leis islâmicas com o ideário ocidental de liberdades básicas e direitos humanos, em última análise, com uma sociedade civil.

Este é o grande desafio de Khatami em particular, e de todo o povo iraniano: como é possível ser muçulmano neste mundo globalizado e seculariza-

do. Uma questão fundamental, dentro da concepção islâmica está em jogo, o estado teocrático. Um estado que abrange a vida política, econômica e jurídica de toda a sociedade. Não é uma questão fácil. A imprensa tem noticiado que esta temática tem sido amplamente debatida entre os intelectuais e religiosos muçulmanos.

O momento é difícil e o presidente, mais do que ninguém, sabe disso. Um de seus colaboradores mais próximos foi assassinado recentemente. Mais de dezessete jornais foram fechados e seus diretores presos nestas últimas semanas, mesmo assim, Khatami não criticou ou se opôs ao aiatolá Khamenei. Parece que este seu comportamento calmo, ponderado e não reativo, está funcionando a seu favor, pois após todos estes últimos atos contrários ao governo reformista, o aiatolá Ali Khamenei reiterou seu apoio ao presidente Khatami, dizendo que ele defende os princípios da revolução e, como disse acima, acabou de validar os resultados da última eleição, favorecendo desta forma os reformistas.

Khatami tem evitado as polêmicas e seus partidários têm procurado responder aos ataques da linha dura com protestos pacíficos, para não dar nenhum pretexto aos conservadores de reagirem com medidas mais duras. A eleição de um congresso com maioria reformista é um bom começo, mas as reformas mexem em questões de princípio e não se anunciam fáceis.

O presidente Khatami entretanto, é iraniano e o povo iraniano sabe que é fundamental num processo de mudança ir aos poucos e ganhar tempo. Em um recente romance histórico *Samarcanda*, uma princesa persa critica um ocidental que liderava mudanças na Pérsia (hoje Irã) por não ter tido paciência, esperado, trapaceado, tergiversado, prometido e que seu fra-

casso se deu por tentar avançar no ritmo do Ocidente, por seu desconhecimento do universo cultural persa. Termina contando esta história de Nasruddin (personagem tradicional sufi que ensina pelo humor) que relato abaixo. Creio que talvez ela nos ajude a entender também o comportamento do presidente Khatami e a sua necessidade de ganhar tempo. Espero que o Ocidente saiba respeitar e apoiar o Irã neste momento.

Dizem que um rei meio louco tinha condenado Nasruddin à morte por ter roubado um burro. No momento em que está sendo levado ao suplício, Nasruddin exclama:

— Este animal na verdade é meu irmão, foi um mágico que lhe deu esta aparência, mas se o confiassem a mim durante um ano, eu o ensinaria a falar como nós!

Intrigado, o monarca manda o acusado repetir a promessa, antes de decretar:

— Muito bem! Mas se dentro de um ano, nem um dia a mais nem a menos, o burro não falar, você será executado.

Tendo sido solto, Nasruddin é interpelado por sua mulher:

— Como você pôde prometer uma coisa dessas? Você sabe muito bem que o burro não vai falar.

— Claro que sei — responde Nasruddin — mas daqui a um ano o rei pode morrer, o burro pode morrer, ou eu mesmo posso morrer".

Vitória Pêres, doutora e professora visitante na Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Ciências da Religião.

A longa permanência de Pinochet em Londres permitiu que a sociedade chilena sentisse o quanto a opinião pública internacional exigia uma sanção para o ex-ditador, entre cujas vítimas há cidadãos de várias nacionalidades

os sumários de todas as execuções na sua jurisdição militar, o que ele fez. Mas toda a documentação sumiu e Lagos recebeu ordens para refazer os relatórios, omitindo a participação de Arellano Stark. No seu depoimento, o general acrescenta que não só foi apagada toda referência ao delegado de Pinochet e sua comitiva, como nunca, nenhum desses militares foi punido ou apenado. Muito pelo contrário, foram premiados com promoções.

Mesmo que a defesa tenha alegado que a delegação de poderes de Pinochet a Arellano era "genérica" e não continha ordens expressas de matar ou seqüestrar ninguém, a maioria dos juízes da Corte de Apelações entendeu que como presidente da Junta Militar e Comandante-em-Chefe do exército, Pinochet tinha o controle direto dos serviços de inteligência, e conhecimento de tudo o que acontecia com as Forças Armadas.

AMADURECIMENTO DEMOCRÁTICO

Somente esse fato, implica uma mudança radical da postura do Poder Judiciário chileno e um "marco político" na história do país, como foi definido por Jaime Estéves, ex-presidente da Câmara de Deputados e atual presidente do Banco Central do Chile, um dos mais íntimos colaboradores do presidente Ricardo Lagos. Já a presi-

dente do Conselho de Defesa do Estado, Clara Szczaranski, afirmou que a decisão da Corte "é um claro sinal de que foi realizada uma análise estritamente jurídica" do problema.

O processo para retirar a imunidade parlamentar de Pinochet começou no mês de março, quando o general voltou ao Chile, após passar dezessete meses detido em Londres enquanto aguardava o desfecho do pedido de extradição para a Espanha feito pelo juiz Baltazar Garzón. Quando Pinochet retornou ao seu país, o juiz chileno Juan Guzmán encaminhou o pedido à Corte de Apelações. De certa forma, o governo do Chile, que sempre alegou razões de soberania nacional para reivindicar o retorno do general Pinochet ao Chile e rejeitar a extradição dele para a Espanha, tinha um compromisso perante a opinião pública mundial, de levar o general Pinochet a julgamento.

Mas antes do episódio suscitado pelo juiz Garzón, era impensável no Chile que Pinochet pudesse perder a imunidade. Era uma espécie de acordo tácito entre a classe política e os militares, imposto pela debilidade da institucionalidade democrática e a força da direita chilena, demonstrada também no vigor da campanha presidencial do candidato conservador Joaquín Lavín, no ano passado.

Mas a longa permanência de Pinochet em Londres permitiu que a sociedade chilena, afi incluídos civis e militares, sentissem o quanto a opinião pública internacional exigia uma sanção para o ex-ditador, entre cujas vítimas há cidadãos de várias nacionalidades, mesmo espanhóis que levaram o juiz Garzón a iniciar todo o processo. E mostrou também, não só aos chilenos como a todos nós, cidadãos deste mundo globalizado de fim de século e de milênio, que estamos mergulhados num processo de transforma-

ções profundas na sociedade humana, algumas ruins, outras nem tanto.

E essas transformações, sem dúvida estão se processando também no ramo do direito internacional, que está em expansão. Quando a extradição de Pinochet foi negada, o juiz Garzón afirmou que o problema não tinha tido um desfecho satisfatório porque a decisão política (da Grã Bretanha) tinha sido adotada "de costas para as normas mais avançadas do Estatuto do Tribunal Penal Internacional". A criação desse tribunal, que julgará delitos contra a Humanidade como o genocídio e os crimes de guerra, foi aprovada em julho de 1999, em Roma, durante uma conferência internacional das Nações Unidas.

Para começar a funcionar, o Tribunal necessita da ratificação de pelo menos sessenta Estados, mas somente oito, por enquanto, já o fizeram. E os Estados Unidos, em particular, têm forte resistência à atuação dessa corte mundial, pois temem que os seus soldados possam ser julgados pelos crimes que cometem nas múltiplas guerras em que sempre andam metidos.

Mas se trata, sem dúvida, de uma tendência, que poderá se acentuar nas décadas seguintes, a de se considerar a extraterritorialidade de determinados crimes. E o caso de Pinochet pode estar sinalizando o começo dessa nova era do direito internacional.

O que temos visto de desdobramento no Chile já é uma amostra alentadora de como, em determinadas circunstâncias, a pressão da opinião pública internacional pode apressar o processo interno em um país e até mudar a correlação de forças políticas. Vamos assistir com atenção aos próximos capítulos.

Beatriz Bissio é jornalista e dirigente dos *Cadernos do Terceiro Mundo*

O que é científico?

Há os pianos. Há a música. Ambos são absolutamente reais. Ambos são absolutamente diferentes. Os pianos moram no mundo das quantidades. Deles se diz: "Como são bem feitos!" A música mora no mundo das qualidades. Dela se diz: "Como é bela!"

Dos pianos os mais famosos são os Steinway, preferidos dos grandes pianistas. São eles que se encontram nos palcos dos grandes teatros do mundo, dentre eles o de Campinas... Pianos são máquinas de grande precisão. A sua fabricação exige uma ciência rigorosa. Tudo tem de ser medido, pesado, testado. As teclas devem ter o tamanho exato, devem reagir de maneira uniforme à pressão dos dedos, devem ter reação instantânea. E há de se considerar a afinação. O pianista Benedetto Michelangelo, ao iniciar um concerto na cidade de Washington, parou imediatamente após os primeiros acordes: o seu ouvido percebeu que a afinação não estava certa. O concerto foi interrompido para que um afinador desse às cordas a tensão exata para produzir os sons precisos.



Martha Braga

Um dos objetivos da ciência exata da fabricação de pianos é a produção de pianos absolutamente iguais. Se não forem iguais, o pianista não conseguirá tocar num piano em que nunca tocou.

Digo que a fabricação de pianos é um ciência porque tudo, no piano, está submetido ao critério da medida: tamanhos, pesos, tensões. Mesmo as afinações, que normalmente requerem ouvidos delicados e precisos, podem prescindir dos ouvidos dos afinadores — o afinador pode ser surdo! — desde que haja um aparelho que meça o número de vibrações das cordas.

A realidade do piano se encontra em suas qualidades físicas, que podem ser ditas e descritas na precisa linguagem científica dos números. É essa linguagem que torna possível fazer pianos iguais uns aos outros. Na ciência, a possibilidade de repetir, de fazer objetos iguais uns aos outros, é um critério de verdade. Coisa de culinária: se digo que uma receita de bolo é boa, todas as vezes que qualquer pessoa fizer a mesma receita, com os mesmos ingredientes, nas medidas exatas, na mesma temperatura de forno, o resultado deverá ser igual. A exatidão dos números torna a repetição possível. Assim é a ciência, essa culinária precisa e útil. Tanto os pianos quanto os objetos da ciência são construídos com o auxílio de um método chamado *quantitativo*, isto é, que se vale de números. Na ciência e na construção de pianos só é real o que pode ser medido.

Pianos não são fins em si mesmos. Pianos são meios. Existem para serem tocados. A música é tão real quanto os pianos. Mas a realidade da música não é da mesma ordem que a realidade dos pianos. Essa é a razão por que os fabricantes de pianos não se contentam em fabricar pianos: eles vão aos concertos ouvir a música que os pianistas tocam. É certo que a música tem uma realidade física, em si mesma, independente dos sentimentos de quem ouve. A música existe mesmo se o CD está sendo tocado numa sala vazia, sem ninguém que a ouça. Mas isso não é a realidade da música. A realidade da música se encontra no prazer de quem a ouve. O mesmo vale para a co-

mida. As cozinheiras cozinham para dar prazer aos que comem. Os pintores pintam para dar prazer aos que olham. Também os amantes beijam por causa do prazer. O desejo do prazer move o mundo.

O prazer é uma experiência qualitativa. Não pode ser medida. Não há receitas para a sua repetição. Cada vez é única, *irrepetível*. Um pianista não interpreta a mesma música duas vezes de forma igual. O *Concerto Italiano*, de Bach, põe em ordem o meu corpo e a minha alma. Uma outra pessoa, ao ouvi-lo, vai dizer: "Que música chata!"

Desde cedo os filósofos naturais (assim eram chamados os cientistas no passado) perceberam a diferença entre a ordem das quantidades e a ordem das qualidades. E as designaram com as expressões "qualidades primárias" e "qualidades secundárias". As qualidades primárias são aquelas que pertencem ao objeto, independentemente dos nossos sentimentos; elas podem ser ditas em linguagem matemática, tornando possível a repetição. Com elas se faz a ciência. As qualidades secundárias são aquelas que se referem às experiências subjetivas que temos ao "provar" o objeto. O frango ao molho pardo tem uma realidade física. Mas o "gosto" só existe na minha boca, na minha língua e nas minhas memórias de mineiro. Uma outra pessoa, com boca e língua anatômica e fisiologicamente idênticas às minhas, mas que não participe das mesmas memórias (uma pessoa de convicções religiosas adventistas, por exemplo), sentirá um "gosto" diferente do meu, possivelmente repulsivo.

A experiência do gosto, da beleza, da estética pertence ao mundo humano das "qualidades". Não pertence ao mundo das realidades quantitativas. A linguagem matemática da ciência não dá conta dessa experiência. Não é capaz de dizê-la. Faltam-lhe palavras. Faltam-lhe sutilezas. Faltam-lhe, sobretudo, interstícios. A ciência conhece as coisas que podem ser ditas quantitativamente. Mas como dizer a beleza de uma sonata? Lenin, ao falar do que sentia ao ouvir a sonata *Appassionata*, de Beethoven, usa palavras do vocabulário dos apaixonados. Mas, ao lê-las, eu não fico sabendo como é a beleza da música. Que palavras irei usar para transmitir ao leitor o gosto e o prazer do frango ao molho pardo?

E, no entanto, essa "coisa" indizível é real. A experiência estética, não científica, qualitativa, se apossa do corpo: ruflam os tambores e os soldados partem para a morte. Ouço o *Danúbio Azul* e tenho vontade

de dançar. Ouço a *Serenata de Schubert* e tenho vontade de chorar. Ouço a *Ave Maria* e a oração surge, espontânea, dentro de mim. Ouço o *Clair de Lune*, de Debussy, e fico tranqüilo. Ouço o *Estudo op. 10 n. 12*, de Chopin, chamado "revolucionário", e fico agitado..

Nada disso é científico, quantitativo. Mas é Real. Move corpos. O que comove os homens e os faz agir é sempre o qualitativo. Inclusive a ciência. Os cientistas, ao fazer ciência, não são movidos por motivos quantitativos, científicos. São movidos por curiosidade, prazer, inveja, competição, narcisismo, ambição profissional, dinheiro, fama, autoritarismo.

Havia, certa vez, uma terra distante onde pianos maravilhosos eram fabricados. Os fabricantes de piano, envaidecidos por sua ciência quantitativa precisa, começaram a desprezar os pianistas, que tocavam movidos por apelos qualitativos, indizíveis. Concluíram que os pianistas eram seres de segunda classe e terminaram por proibir que eles tocassem. E cunharam a frase clássica: "Fabricar pianos é preciso. Tocar piano não é preciso."

Isso não é ficção. É isso que está acontecendo nos meios científicos brasileiros. As pesquisas "qualitativas" são rejeitadas sob a alegação de que seus resultados são imprecisos, não passíveis de serem repetidos, e por não serem aceitos para publicações em revistas internacionais. Todos os cientistas devem adorar diante do altar desse novo ídolo: as revistas internacionais indexadas.

É esse ídolo que decide sobre o destino das pesquisas e dos pesquisadores. Na comunidade científica somente se permite a linguagem quantitativa. Tem havido casos de cursos de pós-graduação serem desqualificados pelo fato de as pesquisas serem feitas no campo do qualitativo. O científico é fabricar pianos. O gostar de música não é científico.

O que leva a soluções científicas ridículas. De que maneira um pianista provaria sua competência, com vistas a um grau de doutor em música? Resposta fácil: dando um concerto. A ciência contesta. A ciência não sabe o que é um concerto. Se o pianista quiser ter o grau de doutor terá que escrever uma tese na qual a "qualidade" que ele sabe produzir é transformada num saber quantitativo duvidoso.

Guimarães Rosa profetizou que os homens haveriam de ficar loucos em decorrência da lógica. Já está acontecendo em nossas instituições de pesquisa. "Vivam os pianos! Mas os concertos estão proibidos!"

Leia e confira os lançamentos da



Geração de emprego e renda no Brasil – experiências de sucesso
Carlos Aquiles Siqueira (coord.)

**Cidades e Portos
– os espaços da globalização**

Gerardo Silva e Giuseppe Cocco



Empresários e empregos nos novos territórios produtivos – o caso da Terceira Itália – Giuseppe Cocco, André Urani e Alexander Patez Galvão

**O tabu da gestão
– a cultura sindical entre contestação e proposição**

Jean Lojkine



Henri Fefebvre

A cidade do capital

A cidade do capital
Henri Fefebvre



O sentido da Escola
Nilda Alves (org.), Regina Leite Garcia (org.), Silvio Gallo, Edgar Morin, Carlos E. Ferreiro

**Muticulturalismo
– mil e uma faces da educação**

Azóilda da Trindade (org.), Muniz Sodré, Glória Ladson-Billings, Annette Henry, Rafael dos Santos (org.), Roseli Fischmann, Massimo Caneyacci, Milton Santos, Maria J. Lopes da Silva

Verde cotidiano

Marcos Reigota (org.), Périco Vaz de Caminha, Ronald Raminelli, Genoveva Chagas, Marlene Curtis, Fernando Moraes F.J.R., Enrique Leff, Philippe P. Layrargues

Avaliação: uma prática em busca

De novos sentidos

Maria T. Esteban (org.), Regina Leite Garcia, Ángel Diaz Barriga, Almerindo Janelá, Corinta M. G. Geraldi, Jussara M. P. Loch

Afinal, que país é este?

Pedro C. Cunca Bocayuva (org.), Sandra Mayrink Veiga (org.), Ricardo Salles, Carlos Nelson Coutinho, Francisco de Oliveira, Cristóvam Buarque, Virginia Fontes

Gestão democrática

João Baptista Bastos (org.), Chico Alencar, Marília P. Spósito, Vitor H. Paro, Juçara C. Grácio, Regina Célia F. Aguiar, Tarso Genro, Maria L. A. Fortuna, Antônio E. do Nascimento

A magia da linguagem

Edwiges Zaccar (org.), Magda Becker Soares, Ana L. Bustamante Smolka, Sônia Kramer, João Wanderley Gerald

A democracia no cotidiano da Escola

Inês B. de Oliveira (org.), José Gonçalves Gondra, Jean Houssaye, Paulo Sérgio Sgarbi

Futebol: paixão e política

Paulo C. R. Carrano (org.), Nilda Alves, Regina L. Garcia, Victor Melo, Jocimar Daolio, Juca Kfouri, Marcos Gomes, Inês Oliveira, Silvana Goellner, Gilmar Couto, Salman Rushdie, Eduardo Galeano

Saúde e Educação

Victor Vicent Valla (org.), Eymard M. Vasconcelos, Mônica Peregrino, Liana Cláudia de S. Fonseca, John L. McKnight

Aprendendo com os movimentos sociais

Regina Leite Garcia (org.), Maxwell Monteiro Bastos, Roberto Veras, Sônia Lafé Milward de Azevedo, Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

Múltiplas Linguagens na Escola

Regina Leite Garcia (org.), Christiane Reis Dias Villela Assano, Kita Etler, Carlos Roberto de Carvalho, Lygia Segala, Regina Yolanda, Antônio Leal

Uma coleção voltada para o espaço/tempo do cotidiano escolar. São temas úteis e atuais para o debate da educação.

**DP&A
na internet**

home page: www.dpa.com.br
e-mail: dpa@dpa.com.br

Rua Santo Amaro 129, parte – Santa Teresa
22211-230 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 232-1768 – Fax: (21) 507-2633

BISPOS EM DEFESA DA PAZ

Irmãos e Irmãs

No clima ameaçador e de longa data ensanguentado do nosso estado do Pará, os bispos abaixo-assinados e os coordenadores de pastorais e organismos da CNBB Norte 2, vimos manifestar total e irremediável apoio ao pronunciamento e denúncia da diocese de Conceição do Araguaia feito público no dia 17 deste mês pelo seu bispo dom Pedro Conti, o presbitério e as religiosas da diocese.

Queremos reafirmar e apoiar as denúncias da existência de um grupo de extermínio no sul do Pará que pode ter ocasionado a morte de cinco trabalhadores, nos últimos dias 4, 5 e 6 de maio, aumentando o clima de insegurança e medo da população.

Pedimos com urgência à Secretaria de Segurança Pública do estado a apuração e investigação dos envolvidos em uma lista que contém dez nomes de pessoas marcadas para morrer no sul do Pará. Entre elas, o frei dominicano e advogado da CPT Henry Des Roziers, o professor Davi Passos e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara, José Ataides. Lembramos que na década de 1990 foi denunciada uma lista que continha quarenta nomes. Pelo menos seis pessoas foram mortas. Os órgãos de justiça do estado não tomaram as providências devidas. Não queremos que isso se repita. Diante de tanta violência não podemos calar.

Esses fatos acontecem no contexto do julgamento do primeiro fazendeiro a sentar no banco dos réus por ser mandante de crime ligado a conflitos pela posse da terra. Trata-se de Jerônimo Alves de Amorim que vai a júri no dia 6 de junho deste ano acusado de mandar matar o sindicalista Expedito Ribeiro, em 2/2/1991, em Rio Maria.

Para os trabalhadores no campo de todo Brasil este júri é importante já que a impunidade e a falta de soluções para os problemas agrários realimentou constantemente a cadeia da violência e dos conflitos. Nos últimos 12 anos foram assassinados 1.167 trabalhadores rurais e houve somente 86 julgamentos com 14 mandantes julgados e apenas 7 condenações.

Neste clima tenso no sul do Pará, novamente os defensores da justiça e da paz revivem o calvário da per-

seguição, das injustiças e das ameaças de morte. Exigimos da Secretaria de Segurança Pública do estado e de outros órgãos competentes empenho na apuração e investigação das denúncias feitas pelo Comitê Rio Maria, CPT de Xinguara e a diocese de Conceição do Araguaia.

Nós, bispos abaixo-assinados e os coordenadores de pastorais e organismos da CNBB Norte 2, denunciamos à sociedade que a impunidade imperante neste estado tem incentivado muitos atos de violência e injustiça. Não aceitamos que a Secretaria de Segurança do estado dê excesso de zelo para algumas questões de segurança pública e trate com desleixo fatos como esses denunciados e outros mais graves do nosso estado.

Neste momento em que o Brasil e o Pará passam por uma crise, queremos reafirmar que a paz não é o simples resultado do equilíbrio de forças e muito menos da hegemonia despótica de ninguém. A paz em nosso estado e no mundo será resultado de uma ordem justa. Propriamente ela é obra da justiça (Isaías 32.17). Sem esta jamais haverá a paz!

A paz é fruto da ordem plantada na sociedade humana pelo seu divino Fundador. Ela também está continuamente ameaçada. Sempre, portanto, deverá ser por nós, promovida e defendida! (Mateus 5.9)

Dom Luiz Azcona – bispo da prelazia do Marajó e Comissão de Justiça e Paz da CNBB

Dom José Elias Chaves – bispo da CPT

Dom Capistrano Hein – bispo da prelazia de Itaituba

Dom Martinho Lammers – bispo da prelazia de Óbidos

Dom Pedro Conti – bispo da diocese de Conceição do Araguaia

Secretariado da CNBB Norte 2

Pastoral da Comunicação

Cáritas Brasileira Norte 2

Comissão de Justiça e Paz da CNBB Norte 2

Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP Norte 2

Pastoral do Menor

Instituto de Pastoral Regional – IPAR

Conselho Indigenista Missionário – CIMI Norte 2

Pastoral da Juventude Regional

CRB – Jussol

Ceb's Norte 2